



09694711

08620.019505/2025-19



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO ESTRATÉGICO
DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPDS

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA:			
<input type="checkbox"/> 2024	<input checked="" type="checkbox"/> 2025	<input type="checkbox"/> 2026	<input type="checkbox"/> 2027
TRIMESTRE DE REFERÊNCIA:			
<input checked="" type="checkbox"/> 1º	<input checked="" type="checkbox"/> 2º	<input checked="" type="checkbox"/> 3º	<input checked="" type="checkbox"/> 4º
1. RESULTADO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2024-2027 E DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI) 2024-2027			
<i>Orientações de preenchimento: Inserir dados de cumprimento dos objetivos, indicadores e metas do PEI e do PPA (utilizar os dados de monitoramento da estratégia, conforme Painel de Business Intelligence)</i>			
1.1 PPA 2024-2027			
Programa: 5838 - Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas			
Objetivo Geral: 1340 - Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização dos seus saberes, culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.			
1.1.1. Objetivos específicos e entregas com seus respectivos indicadores e metas			
Objetivo Específico: 0516 - Promover o direito à memória e a preservação dos patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas			

Entrega: 1955 - Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados

Indicador da entrega: 11275 - Número de projetos apoiados

Meta da entrega : 06YJ - Apoiar projetos de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias. Sendo:

2024 - 4

2025 - 8

2026 - 12

2027 - 16

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COPE/CGPC/DPDS/Funai (atual CGPEC/DHPS)

Foram executadas 9 ações/projetos.

1º trimestre – 1 ação

Região Sudeste – 1 (CR-LISE)

2º trimestre – 1 ação

Região Sudeste – 1 (CR-LISE)

3º trimestre – 7 ações

Região Norte – 1 (CR-APUR); 1 (CR-TPJ); 1 (CR-RNG); 1 (CR-MAO)

Região Centro-Oeste – 1 (CR-ATO); 1 (CR-CGR); 1 (CR-ATO)

4º trimestre:

Objetivo Específico: 0517 - Ampliar a participação dos povos indígenas em espaços relacionados aos direitos indígenas e nas políticas públicas que lhes são afetas, fortalecendo suas formas de organização e sua atuação nas instâncias de controle social

Indicador do objetivo específico: 11460 - Número de povos indígenas representados

Meta do Objetivo específico: 06UA - Número de povos indígenas com representantes em espaços relacionados aos direitos indígenas e nas políticas públicas que lhes são afetas. Sendo:

2024 - 30

2025 - 60

2026 - 90

2027 - 120

Valor apurado no período: *print do BI*

Para mensurar o resultado do objetivo como um todo são necessários dados do MPI, considerando que há entregas que são de responsabilidade do Ministério. Mas os dados relativos às entregas da Funai constam abaixo.

Entrega: 1964 - Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados

Indicador da Entrega: 11285 - Número de eventos apoiados

Meta da entrega: 07GN - Apoiar a realização de eventos voltados ao fortalecimento de coletivos indígenas. Sendo:

2024 - 9

2025 - 19

2026 - 30

2027 - 40

Valor apurado no período: *print do BI*

1º trimestre - 6 ações

Região Norte – 5 ações (1 - CR Alto Solimões, 2 – CR Coordenação Regional do Madeira, 1 – CR Araguaia Tocantins

Região Centro-Oeste – 1 ação (CR Campo Grande)

2º trimestre - 13 ações

Região Norte: 6 (seis) eventos, sendo 1 (um) promovido pela Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará, 1 (um) pela Coordenação Regional do Alto Solimões, 1 (um) pela Coordenação Regional do Tapajós, 1 (um) pela Coordenação Regional de Cacoal, 1 (um) pela Coordenação Regional do Juruá e 1 (um) pela Coordenação Regional Araguaia Tocantins;

Região Centro-Oeste: 1 (um) evento, promovido pela Coordenação Regional Xavante;

Região Nordeste: 1 (um) evento, realizado pela Coordenação Regional Nordeste I;

Região Sul: 4 (quatro) eventos, sendo 1 (um) promovido pela Coordenação Regional de Guarapuava, 2 (dois) pela Coordenação Regional de Passo Fundo e 1 (um) pela Coordenação Regional do Litoral Sul.

3º trimestre - 64 ações

Região Norte – 33 (4 CR Alto Purus, 5-CR Alto Solimões, 1- CR Cacoal, 3-Centro Leste do Pará, 2-CR Guajará Mirim, 2-CR Juruá, 1-CR Kayapó Sul do Pará, 6 CR Noroeste do Mato Grosso, 3 CR Madeira, 3 CR Manaus, 1 CR Rio Negro e 2 CR Vale do Javari)

Região Centro-Oeste- 12 (1 - CR Araguaia Tocantins, 7- CR Campo Grande, 1 CR Cuiabá, 1 CR Ponta Porã, 1 CR Ribeirão Cascalheiras e 1 CR Xingu)

Região Sudeste – 5 (3 CR Litoral Sudeste e 2 CR Minas Gerais e Espírito Santo)

Região Sul – 4 (1 CR Guarapuava, 1 CR Litoral Sul e 2 CR Passo Fundo)

Região Nordeste – 10 (2 CR Baixo São Francisco, 1 CR João Pessoa, 5 CR Nordeste I e 2 CR Nordeste II)

4º trimestre - 12 ações

Região Nordeste: 5 (2 CR Baixo São Francisco, 1 CR João Pessoa, 2 CR Sul da Bahia);

Região Sudeste: 2 (1 CR Litoral Sudeste, 1 CR Minas e ES)

Região Norte: 1 (CR Kayapo Sul do Pará)

Região Sul: 2 (1 CR Passo Fundo, 1 CR Litoral Sul)

Região Centro-Oeste: 2 (1 CR – ATo, 1 CR Ribeirão Cascalheira)

Entrega: 1965 - Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada

Indicador da entrega: 11286 - Número de eventos formativos para a participação social realizados

Meta da entrega: 07GO - Realizar eventos formativos para o controle social e para o acesso a direitos, programas governamentais e serviços públicos. Sendo:

2024 - 5

2025 - 10

2026 - 15

2027 - 20

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COPS/CGPDS/DPDS/Funai

1º Trimestre:

Total - 0 eventos formativos para a participação social realizados

2º Trimestre:

Total - 0 eventos formativos para a participação social realizados

3º Trimestre:

Total – 5 eventos formativos para a participação social realizados

Região Centro-Oeste – 1

Região Nordeste - 1

Região Norte - 3

4º Trimestre:

Total – 3 eventos formativos para a participação social realizados

Nacional – 3

Objetivo Específico: 0518 - Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, imigrantes, refugiados, transfronteiriços, em contexto urbano e com deficiência

Indicador do objetivo específico: 11645 - Número de documentos para a melhoria da acessibilidade

Meta do Objetivo específico: 06ST - Número de documentos produzidos pela Funai contendo propostas de melhorias para o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos. Sendo:

2024 - 5

2025 - 10

2026 - 15

2027 - 20

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COPAS/COASI/CGPDS/DPDS/Funai

1º Trimestre:

Total - 0 documentos para a melhoria da acessibilidade

2º Trimestre:

Total - 0 documentos para a melhoria da acessibilidade

3º Trimestre:

Total – 8 documentos para a melhoria da acessibilidade

4º Trimestre:

Total – 25 documentos para a melhoria da acessibilidade

Entrega: 1968 - Apoio técnico ou orçamentário em ações e projetos de formação ou capacitação de Profissionais para atuarem em políticas e serviços públicos e no sistema de justiça e garantia de direitos junto ao público indígena , respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, de modo a ampliar o acesso adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos

Indicador da entrega: 11289 - Número de ações e projetos de formação ou capacitação apoiados

Meta da entrega: 07GX - META DO INDICADOR 11289. Sendo:

2024 - 0

2025 - 3

2026 - 6

2027 - 9

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COPAS/COASI/CGPDS/DPDS/Funai

1º Trimestre:

Total - 0 ações e projetos de formação ou capacitação apoiados

2º Trimestre:

Total - 0 ações e projetos de formação ou capacitação apoiados

3º Trimestre:

Total – 5 ações e projetos de formação ou capacitação apoiados

Região Norte - 1

4º Trimestre:

Total – 10 ações e projetos de formação ou capacitação apoiados

Região Norte – 4

Região Centro-Oeste – 1

Região Nordeste - 1

Nacional - 4

Entrega: 1972 - Materiais de orientação e conscientização elaborados, voltados ao combate à discriminação e à prestação adequada de serviços públicos para indígenas, bem como à disseminação para povos indígenas, em toda sua pluralidade, de orientações para o acesso aos seus direitos e às políticas e serviços públicos

Indicador da entrega: 11293 - Número de materiais elaborados

Meta da entrega: 07B0 - Elaborar materiais de orientação e conscientização. Sendo:

2024 - 0

2025 - 5

2026 - 10

2027 - 15

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COPS/CGPDS/DPDS/Funai

1º Trimestre:

Total - 0 materiais elaborados

2º Trimestre:

Total - 0 materiais elaborados

3º Trimestre:

Total - 0 materiais elaborados

4º Trimestre:

Total - 2 materiais elaborados

Região Norte - 2

Entrega: 1974 - Edificações tradicionais construí

Indicador da entrega: 11295 - Número de edificações tradicionais construídas

Meta da entrega: 07GZ - Construir edificações tradicionais. Sendo:

2024 - 80

2025 - 160

2026 - 240

2027 - 320

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COIC/CGPDS/DPDS/Funai - atual CGIC/DIGAT

1º Trimestre:

Região Norte – 18 edificações tradicionais construídas

Região Centro-Oeste – 25 edificações tradicionais construídas

Total – 43 edificações tradicionais construídas

2º Trimestre:

Região Norte – 22 edificações tradicionais construídas

Região Centro-Oeste – 30 edificações tradicionais construídas

Total – 52 edificações tradicionais construídas

3º Trimestre:

Região Norte – 60 edificações tradicionais construídas

Região Centro-Oeste – 100 edificações tradicionais construídas

4º Trimestre:

Região Centro-Oeste – 24 edificações tradicionais construídas

Total – 24 edificações tradicionais construídas

Total geral 4 trimestres: 279 edificações tradicionais construídas em aldeias indígenas

Entrega: 1975 - Abrigos móveis de madeira para áreas indígenas em situação de vulnerabilidade construídos

Indicador da entrega: 11296 - Número de abrigos móveis construídos

Meta da entrega: 07H0 - Construir abrigos móveis de madeira. Sendo:

2024 - 200

2025 - 350

2026 - 500

2027 - 650

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COIC/CGPDS/DPDS/Funai - atual CGIC/DIGAT

1º Trimestre:

Região Sul – 27 abrigos móveis construídos

2º Trimestre:

Região Sul – 57 abrigos móveis construídos

3º Trimestre:

Região Sul – 16 abrigos móveis construídos

Total 3 trimestres - 100 abrigos móveis construídos

4º Trimestre:

Região Sul – 73 abrigos móveis construídos

Total geral 4 trimestres: 173 abrigos móveis construídos

Entrega: 1976 - Autorizações de obras do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em terras indígenas emitidas

Indicador da entrega: 11297 - Número de autorizações de obra emitidas

Meta da entrega: 07H1 - Emitir Autorizações de Obras de habitações em Terras Indígenas.
Sendo:

2024 - 15

2025 - 45

2026 - 60

2027 - 75

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COIC/CGPDS/DPDS/Funai - atual CGIC/DIGAT

1º Trimestre:

Região Centro-Oeste – 10 autorizações de obra emitidas

Região Nordeste – 13 autorizações de obra emitidas

Região Norte – 3 autorizações de obra emitidas

Região Sul – 6 autorizações de obra emitidas

Total - 32 autorizações de obra emitidas

2º Trimestre:

Região Centro-Oeste – 7 autorizações de obra emitidas

Região Nordeste – 5 autorizações de obra emitidas

Região Norte – 1 autorizações de obra emitidas

Região Sul – 1 autorizações de obra emitidas

Total - 14 autorizações de obra emitidas

3º Trimestre:

Região Centro-Oeste – 18 autorizações de obra emitidas

Região Nordeste – 21 autorizações de obra emitidas

Região Norte – 9 autorizações de obra emitidas

Região Sul – 5 autorizações de obra emitidas

Total - 53 autorizações de obra emitidas

4º Trimestre:

Total - Nenhuma autorização de obra emitida

Total geral 4 trimestres: 99 autorizações de obra emitidas

Entrega: 1977 - Autorizações emitidas para a instalação de sistemas de energia fotovoltaica em terras indígenas na Amazônia Legal.

Indicador da entrega: 11298 - Número de autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica emitidas

Meta da entrega: 07H5 - Emitir Autorizações de Obras de habitações em Terras Indígenas.
Sendo:

2024 - 15

2025 - 30

2026 - 45

2027 - 60

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COIC/CGPDS/DPDS/Funai - atual CGIC/DIGAT

1º Trimestre:

Região Norte – 8 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica emitidas

Região Centro-Oeste – 7 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica emitidas

Total – 15 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica

2º Trimestre:

Região Norte – 3 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica emitidas

Região Centro-Oeste – 2 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica emitidas

Total – 5 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica

3º Trimestre:

Região Norte – 11 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica emitidas

Região Centro-Oeste – 8 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica emitidas

Total – 19 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica

4º Trimestre:

Região Norte – 3 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica emitidas

Região Centro-Oeste – 4 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica emitidas

Total – 7 autorizações de instalação de sistemas de energia fotovoltaica

Total geral 4 trimestres: 46 autorizações de obra emitidas

Entrega: 1978 - Certidões de Exercício de Atividade Rural (CEAR) emitidas para indígenas

Indicador da entrega: 11299 - Número de CEAR emitidas

Meta da entrega: 07F4 - Emitir Certidões de Exercício de Atividade Rural (CEAR) para indígenas. Sendo:

2024 - 10.000

2025 - 40.000

2026 - 50.000

2027 - 60.000

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COPREV/CGPIS/DHPS/Funai

1º Trimestre:

Região Norte – 5.341 CEAR emitidas

Região Centro-Oeste – 1.680 CEAR emitidas

Região Nordeste – 2.604 CEAR emitidas

Região Sul – 597 CEAR emitidas

Região Sudeste – 199 CEAR emitidas

Total – 10.421 CEAR emitidas

2º Trimestre:

Região Norte – 9.520 CEAR emitidas

Região Centro-Oeste – 1.951 CEAR emitidas

Região Nordeste – 2.882 CEAR emitidas

Região Sul – 708 CEAR emitidas

Região Sudeste – 212 CEAR emitidas

Total – 15.273 CEAR emitidas

3º Trimestre:

Região Norte – 5.459 CEAR emitidas

Região Centro-Oeste – 1.798 CEAR emitidas

Região Nordeste – 2.213 CEAR emitidas

Região Sul – 515 CEAR emitidas

Região Sudeste – 194 CEAR emitidas

Total – 10.179 CEAR emitidas

4º Trimestre:

Região Norte – 7.071 CEAR emitidas

Região Centro-Oeste – 2.136 CEAR emitidas

Região Nordeste – 3.049 CEAR emitidas

Região Sul – 635 CEAR emitidas

Região Sudeste – 193 CEAR emitidas

Total – 13.106 CEAR emitidas

Total 2025 – 54.945

Entrega: 1979 - Ações itinerantes de promoção do acesso à documentação civil e benefícios sociais apoiadas

Indicador da entrega: 11300 - Número de ações itinerantes apoiadas

Meta da entrega: 07F8 - Realizar ações itinerantes de promoção dos direitos sociais em território indígena. Sendo:

2024 - 20

2025 - 75

2026 - 130

2027 - 185

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - SPAD/CGPDS/DPDS/Funai

1º Trimestre:

Região Centro-Oeste – 1 ação itinerante apoiada

Região Nordeste – 1 ação itinerante apoiada

Região Sul – 2 ações itinerantes apoiadas

Total – 4 ações itinerantes apoiadas

2º Trimestre:

Região Norte – 7 ações itinerantes apoiadas

Região Centro-Oeste – 7 ações itinerantes apoiadas

Região Nordeste – 3 ações itinerantes apoiadas

Região Sul – 5 ações itinerantes apoiadas

Região Sudeste – 1 ação itinerante apoiada

Total – 23 ações itinerantes apoiadas

3º Trimestre:

Região Norte – 15 ações itinerantes apoiadas

Região Centro-Oeste – 9 ações itinerantes apoiadas

Região Nordeste – 4 ações itinerantes apoiadas

Região Sul – 5 ações itinerantes apoiadas

Total – 33 ações itinerantes apoiadas

4º Trimestre: 29 ações

Região Norte: - 9 ações itinerantes apoiadas

Região Centro-Oeste: 10 ações itinerantes apoiadas

Região Nordeste: 6 ações itinerantes apoiadas

Região Sul: 4 ações itinerantes apoiadas

Entrega: 1980 - Articulação realizada para a criação de redes intersetoriais de proteção social

Indicador da entrega: 11301 - Número de redes criadas

Meta da entrega: 07FD - Apoiar a criação de redes intersetoriais de proteção social. Sendo:

2024 - 2

2025 - 4

2026 - 6

2027 - 8

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COPS/CGPDS/DPDS/Funai

1º Trimestre:

Total – 0 redes criadas

2º Trimestre:

Total – 0 redes criadas

3º Trimestre:

Total - 3 redes criadas

Região Nordeste – 1 (CR NE I)

Região Norte – 2 (CR KSPA; CR BTO)

Total - 4 redes criadas

Região Nordeste – 1 (CR NE I)

Região Norte – 2 (CR KSPA; CR BTO)

Região Sudeste – 1 (Rede Maxacali CR MGES)

Entrega: 1981 - Referenciamentos de demandas de proteção social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) qualificados

Indicador da entrega: 11302 - Número de referenciamentos qualificados

Meta da entrega: 07FE - Qualificar referenciamentos junto aos equipamentos do SUAS.

Sendo:

2024 - 200

2025 - 400

2026 - 600

2027 - 800

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável - COPS/CGPDS/DPDS/Funai

1º Trimestre:

Total – 60 referenciamentos qualificados

Região Sul – 43 (CR INTS)

Região Norte – 17 (CR APUR)

2º Trimestre:

Total – 214 referenciamentos qualificados

Região Sul – 25 (CR INTS)

Região Norte - 189 (CR CAC; CR CLPA)

3º Trimestre:

Total - 0 referenciamentos qualificados

4º Trimestre:

Total - 0 referenciamentos qualificados

Objetivo Específico: 0519 - Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades.

Indicador: 11306 - Número de ações e projetos voltados à educação escolar indígena

Meta do Objetivo específico: 06UU - Número de ações e projetos voltados à educação escolar indígena. Sendo:

2024 - 15

2025 - 45

2026 - 70

2027 - 95

Valor apurado no período: *print do BI*

A CGPEC/DHPS, antiga COPE/CGPC, registra **46** ações/projetos realizados:

FUNAI

1º trimestre: 8 ações/projetos

Região Centro Oeste – 1 CR-CGB;

Região Nordeste – 1 CR-NE I; 1 CR-MA;

Região Norte – 1 CR-MAO; 1 CR-AS

Região Sudeste – 1 CR-LISE

Região Sul – 1 CR-PFD; 1 CR-GPV;

2º trimestre: 14 ações/projetos

Região Centro Oeste – 1 CR-CGB; 1 CR-XIN; 1 CR-NMT; 1 CR-BTO

Região Nordeste – 2 CR-NE I; 3 CR-JPA; 1 CR-SBA

Região Norte – 2 CR-TPJ

Região Sul – 1 CR-GPV; 1 CR-PP

3º trimestre: 9 ações/projetos

Região Nordeste – 1 CR-SBA

Região Norte – 1 CR-MAD; 1 CR-AS; 3 CR-APUR; 2 CR-BTO; 1 CR-TPJ

4º trimestre: 15 ações/projetos

Região Centro Oeste – 1 CR-NMT; 1 CR-ATO; 1 CR-XIN

Região Nordeste – 2 CR-BSF; 1 CR-MA

Região Norte – 2 CR-KSPA; 6 CR-BTO; 1 CR-JPR; 1 CR-GJM;

Entrega: 1982 - Ações e projetos de comunidades escolares voltados à elaboração, adequação e implementação de projetos político pedagógicos e currículos específicos com a perspectiva indígena

Indicador: 11304 - Número de ações e projetos realizados

Meta da entrega: 07GL - meta do indicador 11304. Sendo:

2024 - 5

2025 - 12

2026 - 20

2027 - 30

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável: Funai /CGPC (Atual CGPEC/DHPS)

O Indicador foi alterado em 2025. Portanto a soma dos resultados de 2024 não será possível, pois considerou-se como indicador “comunidades beneficiadas”.)

Foram realizadas 12 ações/projetos:

1º trimestre: 2 ações/projetos

Região Nordeste – 1 CR-MA;

Região Norte – 1 CR-TPJ

2º trimestre: 4 ações/projetos

Região Norte – 1 TCRR (Tribunal de Contas do Estado de Roraima)

Região Sudeste – 3 CR-LISE

3º trimestre: 3 ações/projetos

Região Norte – 1 CR-TPJ, 1 CR-APUR

Região Sudeste – 1 CR-LISE

4º trimestre: 3 ações/projetos

Região Centro-Oeste – 1 CR-ATO;

Região Norte – 1 CR-KSPA; 1 CR-AS

Entrega: 1984 - Projetos de pesquisa e extensão com temáticas voltadas a povos indígenas apoiados

Indicador: 11305 - Número de projetos apoiados

Meta da entrega: 07GJ - Apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão integrados às temáticas, demandas e projetos de autonomia dos povos indígenas. Sendo:

2024: 3

2025: 6

2026: 9

2027: 12

Valor apurado no período: *print do BI*

Foram implementados 4 projetos:

1º trimestre: 2 ações/projetos

Região Norte – 2 CR-AS

2º trimestre

3º trimestre: 1 ação/projeto

Região Centro Oeste – 1 CR-ATO

4º trimestre: 1 ação/projeto

Região Nordeste – 1 CR-JPA

Entrega: 2101 - Iniciativas de educação comunitária apoiadas, promovendo o compartilhamento de conhecimentos, pedagogias próprias e expressões culturais indígenas

Indicador da entrega: 11457 - Número de iniciativas comunitárias e projetos de educação comunitária apoiados

Meta da entrega: 07GK - Apoiar iniciativas comunitárias e projetos de educação comunitária indígena. Sendo:

2024 - 20

2025 - 20

2026 - 30

2027 - 40

Valor apurado no período: *print do BI*

Foram apoiadas 27 iniciativas comunitárias/projetos até 4º trimestre:

1º trimestre: 4 ações/projetos

Região Centro-Oeste – 1 CR-ATO;

Região Norte – 1 CR-VJ; 1 CR-RR

Região Sul – 1 CR-PFD;

2º trimestre: 8 ações/projetos

Região Centro Oeste – 1 CR-NMT;

Região Nordeste – 2 CR-NE I;

Região Norte – 1 CR-AS; 1 CR-TPJ; 1 CR-RR; 1 CR APUR

Região Sudeste – 1 CR-MGES

3º trimestre: 6 ações/projetos

Região Centro-Oeste – 1 CR-XIN; 1 CR-ATO; 1 CR-CAC

Região Norte – 3 CR-AS;

4º trimestre: 9 ações/projetos

Região Centro Oeste – 1 CR-ATO; 1 CR-XIN

Região Nordeste – 1 CR-NE I; 1 CR-JPA

Região Norte – 1 CR-RR; 1 CR-RR I; 1 CR-APUR; 1 CR-JPR; 1 CR-GJM

Entrega: 2830 - Ações e projetos voltados à Educação Profissional e Tecnológica, de modo que atendam às demandas específicas das comunidades indígenas

Indicador: 12197 - Número de Ações e projetos de Educação Profissional e Tecnológica apoiados

Meta da entrega: 07GM - meta do indicador 12197

Valor apurado no período: *print do BI*

Foram executadas 12 ações/projetos:

1º trimestre: 2 ações/projetos

Região Nordeste – 1 CR-MA

Região Sul – 1 CR-GPV

2º trimestre: 6 ações/projetos

Região Centro Oeste – 1 CR-NMT;

Região Nordeste – 2 CR-MA;

Região Norte – 3 CR-BTO

3º trimestre: 1 ações/projetos

Região Centro-Oeste – 1 CR-CGB;

4º trimestre: 3 ações/projetos

Região Centro Oeste – 1 CR-CGB;

Região Nordeste – 1 CR-MA;

Região Norte – 1 CR-AS

Objetivo Específico: 0531 - Sensibilizar a sociedade e o Estado brasileiro sobre a importância dos sistemas indígenas para o envolvimento, cuidado e comprometimento com a vida, reconhecendo os aspectos espirituais, ancestrais, comunitários, socioculturais, ambientais, econômicos e políticos

Indicador: 11445 - Número de acessos à plataforma digital de informações sobre povos indígenas

Meta do Objetivo específico: 06S9 - Ampliar o acesso à plataforma digital de comunicação e divulgação de conteúdos relacionados aos sistemas indígenas de vida, voltados para públicos diversos indígenas e não-indígenas. Sendo:

2024 - 200.000

2025 - 1.000.000

2026 - 5.000.000

2027 - 10.000.000

Valor apurado no período: *print do BI*

Esta meta não consta no PPA atribuída a antiga DPDS, razão pela não procederemos ao preenchimento.

Entrega: 2100 - Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos (museu vivo, espaço cultural, centro de ciências e saberes tradicionais) apoiados

Indicador: 11456 - Número de projetos apoiados

Meta da Entrega: 074Y - Apoiar projetos de espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos. Sendo:

2024 - 1

2025 - 2

2026 - 3

2027 - 4

Valor apurado no período: *print do BI*

Segundo o PPA 2024-2027 – Unidade responsável: Funai/Museu do Índio e CGPC, contudo, a participação da atual CGPEC na entrega está em análise, de forma que não há dados atuais sobre a entrega.

1.1.1.2 Medidas institucionais e normativas

Obs: Em caso de medidas institucionais e normativas em andamento, faz-se necessário anexar o cronograma ou TAP de andamento das atividades.

Em caso de medidas institucionais e normativas descontinuadas, apresentar a justificativa na Análise de Resultado do Período - item 2 deste documento.

081E - Elaborar e implementar política de comercialização de expressões culturais tradicionais e contemporâneas

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

Não iniciado e com previsão de início agora em 2026. Na COP30, realizada em novembro/2025, a CGAP foi responsável pelo Stand da Funai que comercializou abanos. Foi iniciado um novo mecanismo de comercialização do artesanato indígena, porém ainda precisa avançar bastante até chegar a ser uma política pública.

0823 - Criar sistema de proteção de mulheres indígenas vítimas de violência

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

A Funai não tem atribuição de criar rede, a Funai articula rede. A CGAJ já solicitou alteração desta entrega.

0825 - Propor adequações na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

É preciso diálogo da CGAJ junto à DHPS em relação a esta entrega tendo em vista que não foi pactuada por esta Coordenação-Geral.

0826 - Apoiar a estruturação de redes de apoio a mulheres indígenas vítimas de violência

Não iniciado **Em andamento** **Descontinuado** **Finalizado**

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

A Funai não tem atribuição de criar rede, a Funai articula rede. A CGAJ já solicitou alteração desta entrega.

082B - Articular a regulamentação de direitos dos povos indígenas migrantes, refugiados e transfronteiriços

Não iniciado **Em andamento** **Descontinuado** **Finalizado**

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

Unidade Responsável: MPI/SEART e Funai/DPDS

Entrega do Plano de Ação sobre atuação da Funai junto aos indígenas migrantes e refugiados venezuelanos (SEI nº 8375193) pela Coordenação do GT, em 20/03/2025, em atendimento à COTA n. 00641/2025/DIREITOS SOCIAIS/PFE-FUNAI/PGF/AGU. Ofício DPDS 614 (SEI nº 8375625).

A CGPEC vem realizando ações no âmbito de suas competências, em parceria com a Unicef e Instituto Pirlampos, como as Oficinas de Letramento em Warao e Eñepa nos abrigos Waraotuma a Tuaranoko e Jardim Floresta e Comunidade Yakera Ine, conforme Processo SEI 08620.013044/2024-90.

082C - Articular a prestação de serviços de emergência em situação de calamidade pública que afetem povos indígenas

Não iniciado **Em andamento** **Descontinuado** **Finalizado**

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

Durante o período de janeiro a setembro de 2025, o SEASE/COASI/CGPDS/DPDS deu continuidade à entrega de cestas alimentares da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) de forma regular, especialmente para atender judicializações e demais demandas relacionadas às vulnerabilidades de populações indígenas apontadas pelas unidades desconcentradas. A ADA regular contempla terras e comunidades indígenas dispersas por todo território nacional, mas com grande concentração e esforço operacional na região Sul do País e no Mato Grosso do Sul, com entregas durante o ano todo. Em setembro, a partir da reestruturação da Funai, as demandas alocadas no SEASE/COASI/CGPDS/DPDS passam à responsabilidade da recém-criada Coordenação Geral de Resposta a Emergências e Desastres (CGRED/DHPS). Em relação à Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), foram entregues mais de 105.000 (cento e cinco mil) cestas alimentares em 2025, entre janeiro a dezembro.

Para além desses atendimentos regulares, o SEASE/COASI/CGPDS/DPDS e, posteriormente, a CGRED/DHPS articulou junto à Defesa Civil Nacional e aos órgãos parceiros da ADA emergencial (CONAB, MDS, SESAI), atendimentos para comunidades impactadas por eventos extremos, conflitos e ações de desintrusão, como foi o caso das terras indígenas jurisdicionadas à CR Madeira, CR Tapajós, CR Minas Gerais Espírito Santo, Sul da Bahia, Nordeste II. Em 2025, foram entregues mais de 59.000 (cinquenta e nove mil) cestas de alimentos a comunidades atingidas por emergências e demais fatores imponderáveis, principalmente nas regiões norte e nordeste do Brasil.

Além desses atendimentos, a atual CGRED/DHPS continua planejando e monitorando as ações de entregas de cestas de alimentos na TI Yanomami, em decorrência da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional. Em 2025, foram entregues, entre janeiro e dezembro, um total de 61.572 (sessenta e um mil, quinhentas e setenta e duas) cestas de alimentos em território Yanomami, sendo que, destas, 9.169 (nove mil, cento e sessenta e nove) foram entregues em comunidades indígenas no estado do Amazonas e as outras 52.403 (cinquenta e dois mil, quatrocentas e três), no estado de Roraima.

.

082F - Propor e articular a criação de redes intersetoriais de saúde indígena

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

Durante esse período de outubro a dezembro de 2025 não foram implementadas novas redes, mas a coordenação de acompanhamento de saúde indígena – COASI, em conjunto com as Coordenações Regionais, continua o monitoramento das redes já implementadas, considerando o número de servidores lotados na COASI, na sede da Funai em Brasília que hoje conta com 3 servidoras no seu quadro.

Há a previsão de criação de duas novas redes para 2026, no município de São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas e uma no município de Feijó no estado do Acre.

As redes do bem-viver, redes de saúde mental, GTs e comitês já implementados, que hoje totalizam 15 em pleno funcionamento, com reuniões regulares.

09B9 - Articular com o MEC (SECADI, SESU e SETEC) a implementação de programas de ensino, pesquisa e extensão que atendam as especificidades dos estudantes e comunidades indígenas, articulando a formação às necessidades de sustentabilidade e autonomia dos povos indígenas

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

A GGPEC/DHPS (antiga COPE/CGPC) mantém diálogo contínuo com o MEC, no apoio às pautas do Ministério, como a participação nas reuniões dedicadas ao desenho da Política dos Territórios Etnoeducacionais, nos desdobramentos dos ACTs vigentes e com participação na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI. Os diálogos com a SETEC dizem respeito à qualificação da oferta de cursos específicos e diferenciados pelos Institutos Federais para oferta de Ensino Médio integrado à formação profissional nas comunidades indígenas. Com a SESU, trata-se dos ajustes necessários nas políticas de acesso e permanência no Ensino Superior. Outra temática sensível tratada, no âmbito da SECADI, é a Educação Infantil oferecida às comunidades, com potenciais impactos à formação cultural das crianças, desconsiderando o direito de os indígenas abrirem mão da escolarização de crianças de menos de 6 anos.

1.1.2 Programa: 1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: 1305 - Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

1.1.2.1 Objetivos específicos e entregas com seus respectivos indicadores e metas

Objetivo Específico: 0514 - Promover a gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena

Indicador do objetivo específico: 11222 - Número de IGATIs em implementação

Meta do objetivo específico: 06SA - Número de IGATIs em implementação. Sendo:

2024 - 15

2025 - 30

2026 - 45

2027 - 60

Resultados da CGGAM (CGPAM)

60 iniciativas de gestão territorial e ambiental e da sociobioeconomia em implementação,
Iniciativas de IGATIs elaborados/revisados (25) - Entrega 1915
Eventos formativos em gestão territorial e ambiental realizados (14) - Entrega 1916
Iniciativas de manejo e monitoramento participativo da biodiversidade (28) - Entrega 1933
Iniciativas de recuperação ambiental (04) - Entrega 1934

Resultados da CGAP (CGAP)

Projetos apoiados pela Coext com geração de renda baseado no extrativismo: produtos florestais, pirarucu, açaí, castanha, andiroba e outros.

Foram apoiadas 25 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Norte – 2, CR Alto Solimões (1), CR Manaus (1)

Região Nordeste – 1, CR Baixo São Francisco

Total: 03

2º Trimestre

Região Norte – 5, CR Amapá e Norte do Pará (1), CR Roraima (1), CR Vale do Javari (1), CR Alto Solimões (1), CR Baixo Tocantins (1)

Região Nordeste – 1, CR João Pessoa

Região Centro-Oeste – 1, CR Noroeste do Mato Grosso

Total: 07

3º Trimestre

Região Norte – 6, CR Alto Purus (2), CR Alto Solimões (1), CR Cacoal (1), CR Médio Purus (2)

Região Nordeste – 3, CR João Pessoa (1), CR Nordeste II (1), CR João Pessoa (1)

Região Centro-Oeste – 2, CR Noroeste do Mato Grosso (1), CR Xingu (1)

Total: 11

4º Trimestre

Região Norte – 2, CR Cacoal (2), CR Tapajós (1), CR Alto Solimões (1)

Total: 04

Entrega: 1915 - Instrumentos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas (IGATIs) elaborados ou revisados

Indicador da entrega: 11229 - Número de IGATIs elaborados ou revisados

Meta da entrega: 0797 - Apoiar a elaboração e revisão de IGATIs. Sendo:

2024 - 10

2025 - 20

2026 - 30

2027 - 40

1º Trimestre: 05 IGATIs elaborados/revisados

1 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Igarapé Lourdes (Revisado)

Terra Indígena: Igarapé Lourdes - Código: 16201 - CR: Ji Paraná

Estado: RO

Região: Norte

2 - PGTA da Terra Indígena Rio Branco

Terra Indígena: Rio Branco - Código: 38601 - CR: JI PARANÁ

Estado: RO

Região: Norte

3 - PGTA do povo Apiaká

Terra Indígena: Apiaká do Pontal e Isolados - Código: 68301 - CR: Norte do Mato Grosso

Estado: MT

Região: Centro-Oeste

4 – PGTA Zoró

Terra Indígena: Zoró - Código: 51101

CR: Ji Paraná - Estado: MT

Região: Centro-Oeste

5 - Termo de Compromisso Kuaray Haxa e Rebio Bom Jesus

Terra Indígena: Território Kuaray Haxa

CR: Litoral Sul - Estado: SC

Região: Sul

2º Trimestre: 2 IGATIs elaborados/revisados

1 - Planos de Gestão Ambiental e Territorial das áreas do povo Maxakali

Terra Indígena: Maxacali - Código: 28301 - CR: Minas gerais e Espírito Santo

Estado: MG

Região: Sudeste

2 - PGTAs das TIs do Oiapoque

Terra Indígena: Uaçá - Código: 47601 - CR: Amapá e Norte do Pará

Estado: AP

Região: Norte

3º Trimestre: 10 IGATIs elaborados/revisados

1 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Tikuna de Santo Antonio

Terra Indígena: Tikuna de Santo Antonio - Código: 46801 - CR: Alto Solimões

Estado: AM

2 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena da Sepoti

Terra Indígena: Sepoti - Código: 42301 - CR: Madeira

Estado: AM

Região: Norte

3 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do Povo Mura de Careiro da Várzea, Terra Indígena Apipica

Terra Indígena: Apipica - Código: 2501 - CR: Manaus

Estado: AM

Região: Norte

4 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Parque do Tumucumaque

Terra Indígena: Parque do Tumucumaque - Código: 33701 - CR: Amapá e Norte do Pará
Estado: AP e PA
Região: Norte

5 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Monte Mor

Terra Indígena: Monte Mor - Código: 36901 - CR: João Pessoa
Estado: PB
Região: Nordeste

6 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Jacaré de São Domingos

Terra Indígena: Jacaré de São Domingos - Código: 36901 - CR: João Pessoa
Estado: PB
Região: Nordeste

7 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Galibi

Terra Indígena: Galibi - Código: 36901 - CR: Amapá e Norte do Pará
Estado: AP e PA
Região: Norte

8 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Juminã

Terra Indígena: Juminã - Código: 36901 - CR: Amapá e Norte do Pará
Estado: AP e PA
Região: Norte

9 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Buriti

Terra Indígena: Buriti - Código: 7001 - CR: Campo Grande
Estado: MS
Região: Centro-Oeste

10 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Araribóia

Terra Indígena: Araribóia - Código: 3601 - CR: Maranhão
Estado: MA
Região: Nordeste

4º Trimestre: 8 IGATIs elaborados/revisados

1 – Elaboração do PGTA Caramuru Paraguaçu

Terra indígena: Caramuru Paraguaçu - Código: 9301 - CR Sul da Bahia
Estado: BA
Região: Nordeste

2 - Elaboração do Acordo de Convivência entre ICMBio e os indígenas do Rio Sucundurí município de Apuí-AM

Terra indígena: não se aplica - Código: não se aplica - CR Madeira
Estado: AM
Região: Norte

3 - Atualização do PGTA Arariboia

Terra indígena: Arariboia - Código: 3601 - CR Maranhão
Estado: MA
Região: Norte

4 - Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal (BA)

Terra indígena: Barra Velha do Monte Pascoal - Código: 5802 - CR Sul da Bahia
Estado: BA
Região: Nordeste

5 - Avaliação do Acordo de Convivência celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, a Comunidade Kaingang Kógunh Mág, e com a intervenção da Funai, na sede da FLONA Canela (RS)

Terra indígena: não se aplica - Código: não se aplica - CR Passo Fundo
Estado: RS
Região: Sul

6 – Apresentação da versão preliminar do Diagnóstico Socioambiental da TI Paumari do Lago Marahã (AM)

Terra indígena: Paumari do Lago Marahã - Código: 34402 - CR Médio Purus
Estado: AM
Região: Norte

7 - Etapas de diagnósticos e pactuação dos PGTA's das Terras Indígenas Cachoeirinha e Taunay-Ipegue

Terra indígena: Cachoeirinha - Código: 7701 - CR Campo Grande
Estado: MS
Região: Centro-Oeste

8 - Elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu, sob gestão federal do ICMBio

Terra indígena: Xacriabá - Código: 49902 - CR Minas Gerais e Espírito Santo
Estado: MG
Região: Sudeste

Resultado Total: 25 IGATIs elaborados/revisados

Entrega: 1916 - Eventos formativos em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática realizados

Indicador da entrega: 11230 - Número de indígenas formados

Meta do indicador: 0798 - Realizar eventos formativos em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática. Sendo:

2024 - 150

2025 - 300

2026 - 450

2027 - 600

1º Trimestre

Oficina de formação na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (PNGATI) para caciques e lideranças, de 28 a 30/03/25.

Nº de Indígenas formados: 20

Terras Indígena: Buriti - Estado: MS - CR: Campo Grande

Região: Centro-Oeste

2º Trimestre

Formação de indígenas em geoprocessamento, no âmbito da atualização do PGTA Zoró, de 05 a 08/05, na UNIR, em Ji-Paraná-RO.

Nº de Indígenas formados:15

Terras Indígena:Zoró - Estado: MT - CR:Ji Paraná

Região: Centro-Oeste

Participação em atividades de formação de indígenas na TI Riozinho do Iaco

Nº de Indígenas formados:40

Terras Indígena: Riozinho do Iaco - Estado: AC - CR: Alto Purus

Região: Norte

Consulta e Oficina sobre a regionalização da alimentação escolar indígena (PNAE e PAA) e a organização produtiva, ambiental e territorial Krahô.

Nº de Indígenas formados: 25

Terras Indígena: Kraolandia - Estado: TO - CR: Araguaia Tocantins

Região: Norte

Oficinas para preparação dos pesquisadores indígenas nas aldeias Ilha da Onça, Santa Rita e Crispim, da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã

Nº de Indígenas formados:34

Terras Indígena: Paumari do Lago Marahã - Estado: AM - CR: Médio Purus

Região: Norte

Participação de servidores e indígenas no 1º Seminário Regional “Águas que trazem vida: cuidados vitais, diversidade populacional e sobrevivência”, realizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Miguel.

Nº de Indígenas formados:3

Terras Indígena: Uru-Eu-Wau-Wau - Estado: RO - CR: Ji Paraná

Região: Norte

3º Trimestre

Participação de servidores e indígenas no 26º ENCOB - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado de 08 a 13 de setembro de 2025, na cidade de Vitória, no Espírito Santo.

Nº de Indígenas formados:4

Terras Indígena: Uru Eu Wau Wau - Estado: RO - CR: Ji-Paraná - FPE Uru-Eu-Wau-Wau

Região: Norte

Participação de servidores e indígenas no 26º ENCOB - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado de 08 a 13 de setembro de 2025, na cidade de Vitória, no Espírito Santo.

Nº de Indígenas formados:4

Terras Indígena: Arariboia - Estado: MA - CR: Maranhão

Região: Nordeste

Participação de servidores e indígenas na Oficina de aplicação da ferramenta MonitorGATI

Nº de Indígenas formados:30

Terras Indígena: Apurinã do Igarapé São João - Estado: AM - CR: Médio Purus

Região: Norte

Participação de indígenas no Evento V encontro dos povos indígenas

Nº de Indígenas formados:28

Terras Indígena: Ivai, Queimadas, Mococa, Apcaraninha, Ywy Porã, Pinhalzinho e Laranjinha -

Estado: PR- CR: Guarapuava
Região: Sul

Participação de servidores e indígenas na Oficina sobre manejo comunitário de quelônios, na Terra Indígena Torá.

Nº de Indígenas formados: 16

Terras Indígena: Torá - Estado: AM - CR: Madeira

Região: Norte

4º Trimestre

Produção e plantio de mudas de plantas nativas de interesse cultural para o povo A'uwe Xavante

Nº de indígenas formados: 122

Terra Indígena: São Marcos - Estado: MT - CR Xavante

Região: Centro-Oeste

Apoio ao Projeto Ta'ynhetá Potiguará: formação de coletores/as de sementes para o fortalecimento territorial na Aldeia Três Rios

Nº de indígenas formados: 15

Terra indígena: Potiguará – Estado: PB – CR João Pessoa

Oficinas de formação da juventude indígena do Território Indígena do Xingu (TIX) sobre mudanças climáticas e direitos indígenas para a qualificação da participação em espaços de decisão

Nº de indígenas formados: 50

Terra indígena: Parque do Xingu - Estado: MT - CR Xingu

Região: Centro-Oeste

Resultado Total: 406 indígenas formados

Entrega: 1917 - Eventos de formação na sociobioeconomia indígena realizados

Indicador da entrega: 11231 - Número de eventos realizados

Meta do indicador: 0799 - Realizar eventos de formação em sociobioeconomia indígena.

Sendo:

2024 - 5

2025 - 10

2026 - 13

2027 - 14

Foram apoiadas 06 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Norte – 1, CR Tapajós

Total: 01

2º Trimestre

Região Norte – 1, CR Araguaia e Tocantins

Região Nordeste – 1, CR Baixo São Francisco

Total: 02

3º Trimestre

Região Nordeste – 1, CR Maranhão

Região Centro-Oeste – 2, CR Xingu (1), CR Noroeste do Mato Grosso (1)

Total: 03

4º Trimestre

Região Centro-Oeste – 1, CR Xingu

Região Nordeste – 1, CR Baixo São Francisco (anfitriã)

Região Sul – 2, CR Passo Fundo e CR Litoral Sul/CR Interior Sul

Total: 02

Observação: A principal ação apoiada no período refere-se a participação de servidores e dos coletivos de produtores agroecológicos indígenas no Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e no Encontro dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA), na cidade de Juazeiro-BA, na jurisdição da CR Baixo São Francisco.

No 4º trimestre a COPROS/CGAP participou como convidada em 02 eventos de formação abrangendo o tema da sociobioeconomia indígena, junto aos seguintes órgãos de Extensão Rural: EMATER/RS e EPAGRI/SC.

Entrega: 1919 - Projetos de transição agroecológica e produção sustentável em territórios indígenas em implementação

Indicador da entrega: 11233 - Número de projetos em implementação

Meta do indicador: 079A - Apoiar a implementação de projetos de transição agroecológica e produção sustentável em territórios indígenas. Sendo:

2024 - 2

2025 - 50

2026 - 100

2027 - 150

Foram apoiadas 41 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Norte – 3, CR Amapá e Norte do Pará (2), CR Cacoal (1)

Região Nordeste – 3, CR Maranhão

Região Sul – 2, CR Guarapuava (1), CR Interior Sul (1)

Total: 08

2º Trimestre

Região Norte – 1, CR Madeira

Região Nordeste – 5, CR Baixo São Francisco (3), CR Nordeste II (2)

Região Centro-Oeste – 3, CR Xavante (2), CR Xingu (1)

Região Sudeste – 2, CR Litoral Sudeste

Total: 11

3º Trimestre

Região Norte – 2, CR Kayapó Sul do Pará (1), CR Alto Solimões (1)

Região Nordeste – 6, CR Maranhão (2), CR Nordeste II (2), CR Nordeste I (1), CR Baixo São Francisco (1)

Região Centro-Oeste – 12, CR Ribeirão Cascalheira (3), CR Norte do Mato Grosso (5), CR Dourados (2), CR Noroeste do Mato Grosso (2)

Região Sudeste – 1, CR Litoral Sudeste

Região Sul – 1, CR Litoral Sul

Total: 22

4º Trimestre

Região Norte – 3, CR Amapá e Norte do Pará (1), CR Araguaia Tocantins (1), CR Baixo Tocantins (1)

Região Nordeste – 2, CR Baixo São Francisco (1), CR Maranhão (1)

Região Centro-Oeste – 6, CR Xavante (1), CR Xingu (1), CR Noroeste do Mato Grosso (1), CR Campo Grande (1), CR Dourados (1), CR Ponta Porã (1)

Região Sul – 2, CR Litoral Sul, CR Passo Fundo (1)

Total: 13

Observações:

O aumento do número de projetos ao longo do ano reflete basicamente dois aspectos: 1) o atraso na liberação do orçamento da LOA 2025, ocorrido no final de abril de 2025. Com isso, apenas aquelas unidades Regionais que solicitaram recursos de duodécimos apresentaram projetos no primeiro trimestre; 2) o avanço dos calendários regionais de plantio e produção ao longo do ano. Notadamente no terceiro trimestre as solicitações de recursos/apoio a projetos aumentou consideravelmente, pois aproxima-se o período de plantio na maior parte do país (setembro/outubro). Além disso, a chegada de novos servidores advindos do CPNU impulsionou a apresentação de projetos no segundo semestre de 2025 pelos SEGATs das Regionais.

Com relação ao perfil de projetos, destaca-se que as Regionais na grande maioria das vezes não solicitam a aquisição de agrotóxicos, ressaltando o quesito da sustentabilidade ambiental das atividades produtivas. Destacamos, ainda, o atendimento a Regionais onde ocorrem ações de pós-desintrusão, como Kayapó Sul do Pará, Maranhão, Roraima e Ji-Paraná.

Nas Regionais do Estado do Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Dourados e Ponta Porã), desde o início do ano foi feito um trabalho de Planejamento Integrado, tendo como foco o melhor aproveitamento e articulação de 04 Emendas Parlamentares no Estado, conjugadas com recursos da CGAP/Funai e ações de estruturação produtiva e acesso a políticas públicas, lideradas pela SEMADES/MS. Esse esforço resultou no esboço de um Plano Integrado de Ações de Promoção ao Etnodesenvolvimento (PIAPE), com um desenho de ação e aplicação de recursos de 02 Emendas Parlamentares em fomento a projetos voltados à segurança alimentar e geração de excedentes para venda mediante o PAA Estadual e o PNAE, em todo o estado do MS. Os recursos foram descentralizados no encerramento do exercício 2025, com reflexos ainda incidentes durante o ano de 2026.

Entrega: 1920 - Tecnologias sociais voltadas ao uso sustentável da agrobiodiversidade indígena em implementação

Indicador da entrega: 11234 - Número de tecnologias sociais em implementação

Meta do indicador: 079B - Apoiar a implementação de tecnologias sociais voltadas ao uso sustentável da agrobiodiversidade indígena. Sendo:

2024 - 5

2025 - 10

2026 - 15

2027 - 20

Foram apoiadas 05 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Sul – 1, CR Passo Fundo

Total: 01

2º Trimestre

Região Norte – 1, CR Baixo Tocantins

Região Nordeste – 2, CR Baixo São Francisco

Total: 03

3º Trimestre

Região Sudeste – 1, CR Litoral Sudeste

Total: 01

4º Trimestre

Região Norte – 3, CR Tapajós

Total: 03

Observações:

Por tratar-se de meta cumulativa, obtém-se no acumulado (2024/2025) o total de 10 projetos de tecnologias sociais apoiados. Destaque para o projeto de reintrodução de sementes tradicionais de Milho Kaingang na jurisdição da CR Passo Fundo, contemplando: oficina de identificação, reintrodução e manejo de sementes no território; formação dos plantios de multiplicação; formação do Banco de Sementes.

Neste ano a procura pela adoção da tecnologia social do Sisteminha Comunidades não foi tão grande como em 2024, existindo até o momento somente 01 projeto de expansão, no âmbito da CR Maranhão, com a realização de oficinas previstas para dezembro/2025. Nesse sentido, foi realizada pelo Povo Krenyê uma oficina de capacitação no Sisteminha Comunidades, de iniciativa própria, abrangendo os Povos Kanela, Krikati e Guajajara, sem aporte de recursos da CGAP/FUNAI.

Entrega: 1922 - Infraestrutura de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos e serviços de sociobiodiversidade indígena implantada e adequada

Indicador da entrega: 11236 - Número de projetos apoiados

Meta do indicador: 079C - Apoiar projetos de implantação e adequação de infraestrutura de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos e serviços de sociobiodiversidade indígena. Sendo:

2024 - 100

2025 - 100

2026 - 150

2027 - 200

Foram apoiadas 56 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Norte – 5, CR Alto Solimões (2), CR Cacoal (3)

Região Nordeste – 4, CR Maranhão (1), CR Nordeste I (1), CR João Pessoa (1), CR Sul da Bahia (1)

Região Centro-Oeste – 1, CR Campo Grande

Total: 10

2º Trimestre

Região Norte – 6, CR Amapá e Norte do Pará (1), CR Roraima (3), CR Alto Solimões (1), CR Ji-Paraná (1)

Região Nordeste – 13, CR Baixo São Francisco (8), CR Nordeste II (4), CR João Pessoa (1)

Região Sudeste – 1, CR Litoral Sudeste

Região Sul – 1, CR Interior Sul

Total: 21

3º Trimestre

Região Norte – 16, CR Madeira (2), CR Rio Negro (1), CR Alto Solimões (1), CR Kayapó Sul do Pará (1), CR Juruá (6), CR Médio Purus (3), CR Roraima (2)

Região Nordeste – 3, CR Nordeste II

Região Sul – 6, CR Interior Sul (4), CR Passo Fundo (2)

Total: 25

4º Trimestre

Região Norte – 7, CR Tapajós (1), CR Araguaia Tocantins (1), CR Cacoal (03), CR Manaus (1), CR Roraima (1)

Região Nordeste – 1, CR Nordeste II

Região Centro-Oeste – 1, CR Noroeste do Mato Grosso

Região Sul – 4, CR Interior Sul (2), CR Litoral Sul (2)

Total: 13

Observações:

O crescimento da demanda por infraestruturas de produção ocorreu ao longo do ano, em função do atraso na liberação do orçamento corrente da Funai. Por outro lado, existem demandas que só são apresentadas à CGAP no final do exercício, na expectativa da sobra de recursos orçamentários de investimento.

Com relação ao perfil das demandas de infraestrutura, em especial nas Regionais do Norte, as casas de farinha e as embarcações ganham destaque, tanto para viabilizar a produção nas Aldeias, como o escoamento de produtos aos centros consumidores. Outras demandas incluem: despoldadeiras de frutas, refrigeradores para armazenagem de produtos, veículos de transporte rodoviário de insumos e produtos.

Também foram apiadas ações voltadas a extração, transporte e beneficiamento de diversos produtos da sociobiodiversidade como Castanha da Amazônia, açaí, pirarucu e mangaba.

Entrega: 1923 - Oficinas realizadas visando a qualificação de indígenas para o acesso ao PAA, ao PNAE e à PGPMBIO

Indicador da entrega: 11237 - Número de oficinas realizadas

Meta do indicador: 079E - Realizar oficinas visando a qualificação de indígenas para o acesso ao PAA, ao PNAE e à PGPMBIO. Sendo:

2024 - 5

2025 - 6

2026 - 8

2027 - 10

Foram apoiadas 16 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Norte – 5, CR Cacoal (1), CR Madeira (1), Araguaia Tocantins (3)

Total: 05

2º Trimestre

Região Norte – 2, CR Baixo Tocantins (1), CR Alto Purus (1)

Região Nordeste – 1, CR Baixo São Francisco

Total:03

3º Trimestre

Região Norte – 3, CR Rio Negro (1), CR Kayapó Sul do Pará (1), CR Centro Leste do Pará (1)

Região Nordeste – 1, CR Nordeste II

Região Centro-Oeste – 4, CR Cuiabá (1), CR Xavante (1), CR Dourados (2)

Total: 08

4º Trimestre

Total: 0

Observações:

O aumento das ações no segundo semestre ocorreu devido a ampliação das chamadas públicas realizadas pelos estados que possuem execução do PAA junto com a SESAN/MDS e a ampliação na divulgação do Programa realizada pela coordenação e resultado da participação das Coordenações Regionais da FUNAI no 1º Encontro do PAA Indígena, ocorrido em maio de 2025.

Entrega: 1925 - Planos de visitação turística em terras indígenas em implementação

Indicador da entrega: 11239 - Número de planos em implementação

Meta do indicador: 079I - Apoiar a implementação de planos de visitação turística em terras indígenas. Sendo:

2024 - 9

2025 - 10

2026 - 11

2027 - 12

Foram apoiadas 11 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Norte – 1, CR Alto Solimões

Total: 01

2º Trimestre

Região Nordeste – 3, CR Baixo São Francisco (2), CR Nordeste II (1)

Total: 03

3º Trimestre

Região Norte – 5, CR Rio Negro (3), CR Centro Leste do Pará (1), CR Manaus (1)

Região Nordeste – 2, CR Nordeste II (1). CR João Pessoa (1)

Total: 07

4º Trimestre

Região Norte – 2, CR Manaus

Total: 02

Observações:

As ações de apoio e fomento à implementação de planos de visitação turística em terras indígenas no período também contaram com a realização de oficinas e reuniões, que conjugaram coordenações regionais e comunidades diversas para discussão, divulgação, elaboração de diagnósticos, Planos e de acordos comunitários sobre a atividade em pauta. Dentre elas, destacam-se a *Oficina para elaboração do Guia de Orientações para elaboração de Planos de Visitação* e as oficinas e reuniões com comunidades no Rio Negro. Ainda nesse âmbito, destaca-se a participação de servidores da Funai em fóruns diversos sobre o tema, dentre os quais se destaca o *Fórum de Turismo Responsável*, no qual a equipe da COEXT/CGAP ministrou o workshop *Visitação Turística em Terras indígenas: fundamentos e perspectivas de futuro*. Por fim, destaca-se a publicação da Instrução Normativa Conjunta ICMBio/Funai nº 01, em 18 de julho de 2025, na qual as instituições envolvidas apresentam as diretrizes para realização de visitação turística em terras indígenas sobrepostas à Unidades de Conservação.

Entrega: 1926 - Iniciativas de promoção, marketing e certificação de produtos indígenas realizadas

Indicador da entrega: 11240 - Número de iniciativas apoiadas

Meta do indicador: 079J - Apoiar iniciativas de promoção, marketing e certificação de produtos indígenas. Sendo:

2024 - 5

2025 - 6

2026 - 7

2027 - 8

Foi apoiada 01 ação/projeto, sendo:

1º Trimestre

Total: 0

2º Trimestre

Total: 0

3º Trimestre

Região Centro-Oeste – 1, CR Xingu

4º Trimestre

Total: 0

Nacional - Criação do Selo Turismo Indígena de Base Comunitária, do Selo Ecoturismo Indígena de Base Comunitária e do Selo Etnoturismo turismo Indígena de Base Comunitária.

Total: 01

Observações: A Coordenação tem apoiado neste ano diversas ações de promoção de produtos e serviços indígenas e a participação destes em feiras e eventos que foram contabilizados, também, na entrega de fortalecimento das organizações produtivas de nº 1927. Dentre as ações destaca-se a participação de agricultores e artesãos indígenas em eventos diversos tais como o Congresso Brasileiro de Agroecologia e de artesã e artesãos indígenas na COP 30, Belém/PA.

Entrega: 1927 - Organizações produtivas indígenas fortalecidas e articuladas

Indicador da entrega: 11241 - Número de organizações indígenas beneficiadas

Meta do indicador: 079L - Apoiar o fortalecimento e a articulação de entidades indígenas gestoras de iniciativas econômicas comunitárias e redes de organizações produtivas indígenas.

Sendo:

2024 - 5

2025 - 7

2026 - 8

2027 - 12

Foram apoiados 39 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Norte – 1, CR Amapá e Norte do Pará

Região Nordeste – 2, CR Nordeste I

Região Centro-Oeste – 1, CR Ribeirão Cascalheira

Total: 04

2º Trimestre

Região Norte – 2, CR Alto Purus

Região Nordeste – 14, CR Baixo São Francisco (9), CR Nordeste II (4), CR João Pessoa (1)

Região Sul – 1, CR Litoral Sul

Total: 17

3º Trimestre

Região Norte – 7, CR Amapá e Norte do Pará (1), CR Tapajós (1), CR Alto Purus (2), CR Centro Leste do Pará (2), CR Guajará-Mirim (1)

Região Nordeste – 5, CR Nordeste II (3), CR João Pessoa (1), CR Nordeste I (1)

Região Centro-Oeste – 3, CR Ponta Porã (1), CR Xingu (1), CR Noroeste do Mato Grosso (1)

Região Sudeste – 1, CR Litoral Sudeste

Região Sul – 2, CR Guarapuava (1), CR Passo Fundo (1)

Total: 18

4º Trimestre

Região Norte – 2, CR Baixo Tocantins

Região Centro-Oeste – 2, CR Noroeste do Mato Grosso (1), CR Ponta Porã (1)

Total: 04

Observações:

A CGAP apoiou reuniões de coletivos de produtores (castanha, mangaba), de associações (apicultores, manejo do pirarucu), de organizações indígenas de produtores (Povos do Oiapoque, Governança do Xingu, Região do Médio Xingu, Assembleia Terena – MS, dentre outras), numa demanda maior do que o de costume. Entendemos que isso também é reflexo do recente movimento de inserção de comunidades indígenas nos programas de compras públicas, tais como o PAA e a PNAE, as quais demandam maior organização coletiva dos produtores. Como resultado, a meta de 12 organizações indígenas atendidas, prevista para 2027, já está superada.

Entrega: 1933 - Manejo e monitoramento participativo da biodiversidade realizados

Indicador da entrega: 11246 - Número de iniciativas em implementação

Meta do indicador: 079N - Apoiar iniciativas de manejo e monitoramento participativo da biodiversidade. Sendo:

2024 - 0

2025 - 20

2026 - 20

2027 - 20

Resultados da CGGAM(CGPAM)

1º Trimestre

1. Iniciativa Distribuição de caixas-enxame e caixas de madeira.

Terra Indígena Jaraguá/SP (1º Trimestre)

Estado: SP

Região: Sudeste

CR Litoral Sudeste

2. Iniciativa Distribuição de caixas-enxame e caixas de madeira

Terra Indígena Bracuí/RJ (1º Trimestre)

Estado: RJ

Região: Sudeste

CR Litoral Sudeste

2º Trimestre

1. Iniciativa Soltura dos Quelônios na TI Galibi/AM

2. Iniciativa Soltura dos Quelônios na TI Jumina/AM

3. Iniciativa Soltura dos Quelônios na TI Uaçá/AM

4. Projeto de conservação e manejo da fauna silvestre mediante a reintrodução de abelhas nativas -TI Katokin/AL

5. Projeto de conservação e manejo da fauna silvestre mediante a reintrodução de abelhas nativas - TI Xukuru de Ororubá/PE

6. Projeto de conservação e manejo da fauna silvestre mediante a reintrodução de abelhas nativas - TI Kapinawa/PE

7. Projeto de conservação e manejo da fauna silvestre mediante a reintrodução de abelhas nativas - TI Xocó/AL

8. Projeto de conservação e manejo da fauna silvestre mediante a reintrodução de abelhas nativas - TI Wassu Cocal/AL

9. Projeto de conservação e manejo da fauna silvestre mediante a reintrodução de abelhas nativas TI Karuazu/AL

3º Trimestre

1. Iniciativa de manejo de quelônios

Terra Indígena Catipari/Mamoriá/AM (3º Trimestre)

Estado: AM

Região Norte

CR Médio Purus

2. Iniciativa de manejo de quelônios
Terra Indígena Camadeni/AM (3º Trimestre)
Estado: AM
Região Norte
CR Médio Purus

3. Iniciativa de manejo conservacionista de quelônios
Terra Indígena Vale do Javari/AM (3º Trimestre)
Estado: AM
Região Norte
CR Médio Purus

4. Iniciativa de manejo conservacionista comunitário de quelônios
Terra Indígena Karajá Xambioá/TO (3º Trimestre)
Estado: TO
Região Norte
CR Araguaia Tocantins

5. Iniciativa de manejo quelônios
Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu/PA (3º Trimestre)
Estado: PA
Região Norte
CR Centro Leste do Pará

6. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Guarani do Aguapeu (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

7. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Itanhaém (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

8. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Paranapuã (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

9. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Tekoa Mirim (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

10. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Cerro Corá (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

11. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Aguapeú (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

12. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Ara Pyau (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

13. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Nhandrupó (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

14. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Barigui (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

15. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Yvy Porã (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

16. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Ribeirão Silveira (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

17. Iniciativa de apoio a meliponicultura
Terra Indígena Rio Branco (3º Trimestre)
Estado: SP
Região Sudeste
CR Litoral Sudeste

4º Trimestre

Não houve iniciativa.

TOTAL CGGAM: 28 iniciativas em implementação

CGETNO (CGAP)

Foram apoiadas 05 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Norte – 2, CR Amapá e Norte do Pará (1), CR Vale do Javari (1)

Total: 02

2º Trimestre

Região Sudeste – 3, CR Litoral Sudeste

Total: 03

3º Trimestre

Total: 0

4º Trimestre

Região Sul – 1, CR Passo Fundo

Total: 01

Observações:

O projeto de reintrodução de sementes tradicionais de Milho Kaingang, na jurisdição da CR Passo Fundo, é estruturado em diversas fases. No 4º trimestre de 2025 realizou-se a fase de plantios de multiplicação, para a futura colheita e formação dos Bancos de Sementes (previsão: março de 2026); formação do Banco de Sementes. Muito embora já apresentado na MEta 1920, entende-se que este projeto se concretiza também como atendimento à Meta 1933 - Manejo e monitoramento participativo da biodiversidade realizados.

Entrega: 1934 - Ações para recuperação ambiental em Terras Indígenas em andamento

Indicador da entrega: 11248 - Área com processo de recuperação ambiental em andamento

Meta do indicador: 07A1 - Realizar ações de apoio à recuperação ambiental em terras indígenas. Sendo:

2024 - 50

2025 - 100

2026 - 150

2027 - 200

1º Trimestre

1. Apoio ao PAT CGGAM 2 de 2024, que trata de atividades de apoio a iniciativas de recuperação ambiental através de reflorestamento.

Nº Hectares em recuperação: 1ha

Terra Indígena: Pakutity

Estado: SP

Região: Sudeste

CR: Litoral Sudeste

2º Trimestre

2. Plano Anual de Trabalho CGGAM 1

Nº Hectares em recuperação: 15ha

Terra Indígena: Enawenê-Nawê

Estado: MT

Região: Centro-Oeste

CR: Noroeste do Mato Grosso

3º Trimestre

3. PAT CGGAM, que trata do apoio a atividade de preparo de solo para plantio de mudas para reflorestamento.

Nº Hectares em recuperação: 1ha

Terra Indígena: Potiguara

Estado: PB

Região: Nordeste

CR: João Pessoa

4. PAT - CGGAM 15, que trata do acompanhamento ações do projeto SOS Sertão replanta mangue.

Nº Hectares em recuperação: 5ha

Terra Indígena: Potiguara de Monte-Mor

Estado: PB

Região: Nordeste

CR: João Pessoa

4º Trimestre

Foram realizadas três atividades de diagnóstico com possibilidade de concretização de recuperação futura, nas Terras Indígenas Alto Turiaçu (MA) e Potiguara de Monte-Mor (PB).

TOTAL CGGAM: 22 hectares com processo de recuperação em andamento

Observações:

A meta não foi alcançada devido à metodologia utilizada pelo povo indígena Xavante, de priorizar áreas como quintais e capoeiras imediatamente ao lado das casas das famílias participantes, o que dificulta essa mensuração. No quarto trimestre foram realizados três diagnósticos com possibilidade de concretização de recuperação futura, porém sem hectare efetivamente recuperado, de forma que as atividades não foram contabilizadas neste relatório.

Entrega: 2106 - Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda

Indicador da entrega: 11459 - Número de mecanismos criados

Meta do indicador: 079M - Criar mecanismos de divulgação do artesanato indígena, com enfoque na geração de renda. Sendo:

2024 - 1

2025 - 1

2026 - 2

2027 - 2

Foram apoiadas 15 ações/projetos, sendo:

2º Trimestre

Região Norte – 4, CR Cacoal (3), CR Araguaia Tocantins (1)

Região Nordeste – 2, CR Baixo São Francisco (1), CR Nordeste II (1)

Total: 06

3º Trimestre

Região Norte – 4, CR Cacoal (3), CR Roraima (1)

Região Nordeste – 2, CR Nordeste II (1), CR Nordeste I (1)

Região Centro-Oeste – 2, CR Campo Grande (1), CR Norte do Mato Grosso (1)

Região Sul – 1, CR Passo Fundo

Total: 09

4º Trimestre

Região Nordeste – 1, CR João Pessoa

Região Sul – 2, CR Litoral Sul (1), CR Interior Sul (1)

Total: 03

Entrega: 2829 - Oitivas realizadas em processos de licenciamento ambiental

Indicador da entrega: 12196 - Número de oitivas realizadas

Meta do indicador: 07GF - Realizar oitivas às comunidades indígenas afetadas em processos de licenciamento ambiental. Sendo:

2024 - 100

2025 - 280

2026 - 420

2027 - 570

1º Trimestre:

Norte = 28 oitivas

Nordeste = 4 oitivas

Centro-Oeste = 9 oitivas

Sudeste = 1 oitiva

Sul = 5 oitivas

Total = 47 oitivas

2º Trimestre:

Norte = 11 oitivas

Nordeste = 0 oitiva

Centro-Oeste = 17 oitivas

Sudeste = 4 oitivas

Sul = 9 oitivas

Total = 41 oitivas

3º Trimestre:

Norte = 10 oitivas

Nordeste = 1 oitiva

Centro-Oeste = 13 oitivas

Sudeste = 3 oitivas

Sul = 5 oitivas

Total = 32 oitivas

4º Trimestre:

Norte = 10 oitivas

Nordeste = 10 oitiva

Centro-Oeste = 11 oitivas

Sudeste = 2 oitivas

Sul = 13 oitivas

Total = 46 oitivas

Sobre a regionalização:

A meta da CGLic não é regionalizada, tendo em vista que a atuação da Coordenação nos processos de licenciamento ambiental se dá a partir de demanda externa, não sendo possível prever em quais regiões haverá maior atuação da Funai. No entanto, obtém-se do monitoramento a distribuição acima.

Meta acumulada até 31/12/2025: 150 (2024) + 167 (2025) = 317

1.1.1.3 Medidas institucionais e normativas

0811 - Propor Portaria Interministerial entre MPI e MMA dispendo sobre a coleta de sementes para a restauração ambiental			
<input checked="" type="checkbox"/> Não iniciado	<input type="checkbox"/> Em andamento	<input type="checkbox"/> Descontinuado	<input type="checkbox"/> Finalizado
No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.			
Não iniciado e sem previsão de início.			
0812 - Propor Portaria Interministerial entre MPI e MMA dispendo sobre Planos de Recuperação de Áreas Degradadas em terras indígenas			
<input type="checkbox"/> Não iniciado	<input checked="" type="checkbox"/> Em andamento	<input type="checkbox"/> Descontinuado	<input type="checkbox"/> Finalizado
No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.			
A Portaria Interministerial será elaborada no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre Funai e Ibama, o qual será renovado no quarto trimestre de 2025, cujo Plano de Trabalho está em revisão.			
0813 - Propor normatização dispendo sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos produtivos de iniciativa indígena			
<input type="checkbox"/> Não iniciado	<input checked="" type="checkbox"/> Em andamento	<input type="checkbox"/> Descontinuado	<input type="checkbox"/> Finalizado
No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.			
Uma versão da proposta de norma foi analisada pela PFE/FUNAI e encaminhada ao CGPNGATI e CNPI para diálogo e apresentação nas instâncias de controle social. Não obstante, FUNAI e IBAMA continuam diálogo para alterações pontuais no texto, haja vista a nova Lei de licenciamento (15.190/2025).			
0814 - Propor normatização dispendo sobre a comercialização da arte indígena com partes de animais silvestres			
<input checked="" type="checkbox"/> Não iniciado	<input type="checkbox"/> Em andamento	<input type="checkbox"/> Descontinuado	<input type="checkbox"/> Finalizado
No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.			
0816 - Propor revisão normativa para viabilizar o credenciamento de associações indígenas como prestadoras de ATER			
<input checked="" type="checkbox"/> Não iniciado	<input type="checkbox"/> Em andamento	<input type="checkbox"/> Descontinuado	<input type="checkbox"/> Finalizado
No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.			

A atribuição legal para propor normas relacionadas a ATER está a cargo da SAF/MDA e ANATER/MDA. Inicialmente esta proposição foi feita pelo MPI/SEGATI.

1.2 PEI 20204-2027

Eixo: Direitos Sociais

1.2.1 Objetivos estratégicos com seus respectivos indicadores e metas

Objetivo estratégico: Promover o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas às políticas sociais

Indicador estratégico: i.14 - Número de indígenas com Certidão de Atividade Rural emitidas pela Funai

Meta do indicador: 30 mil CEAR por ano. Sendo:

2024: 30.000

2025: 30.000

2026: 30.000

2027: 30.000

Total 120.000 (não acumulativo)

Valor apurado no período: *print do BI*

1º Trimestre:

Região Norte – 5.341 CEAR emitidas
Região Centro-Oeste – 1.680 CEAR emitidas
Região Nordeste – 2.604 CEAR emitidas
Região Sul – 597 CEAR emitidas
Região Sudeste – 199 CEAR emitidas
Total – 10.421 CEAR emitidas

2º Trimestre:

Região Norte – 9.520 CEAR emitidas
Região Centro-Oeste – 1.951 CEAR emitidas
Região Nordeste – 2.882 CEAR emitidas
Região Sul – 708 CEAR emitidas
Região Sudeste – 212 CEAR emitidas
Total – 15.273 CEAR emitidas

3º Trimestre:

Região Norte – 5.459 CEAR emitidas
Região Centro-Oeste – 1.798 CEAR emitidas
Região Nordeste – 2.213 CEAR emitidas
Região Sul – 515 CEAR emitidas
Região Sudeste – 194 CEAR emitidas
Total – 10.179 CEAR emitidas

4º Trimestre:

Região Norte – 7.071 CEAR emitidas
Região Centro-Oeste – 2.136 CEAR emitidas
Região Nordeste – 3.049 CEAR emitidas
Região Sul – 635 CEAR emitidas
Região Sudeste – 193 CEAR emitidas
Total – 13.106 CEAR emitidas (13.084)
Total 2025 – 55.020 (54.946)

Indicador estratégico: i.15 - Número de ações itinerantes de promoção do acesso à documentação civil e benefícios sociais apoiadas

Meta do Indicador: 20 ações por ano. Sendo

2024: 20

2025: 20

2026: 20

2027: 20

Total 80 (não acumulativo)

Valor apurado no período: *print do BI*

1º Trimestre:

Região Centro-Oeste – 1 ação itinerante apoiada

Região Nordeste – 1 ação itinerante apoiada

Região Sul – 2 ações itinerantes apoiadas

Total – 4 ações itinerantes apoiadas

2º Trimestre:

Região Norte – 7 ações itinerantes apoiadas

Região Centro-Oeste – 7 ações itinerantes apoiadas

Região Nordeste – 3 ações itinerantes apoiadas

Região Sul – 5 ações itinerantes apoiadas

Região Sudeste – 1 ação itinerante apoiada

Total – 23 ações itinerantes apoiadas

3º Trimestre:

Região Norte – 15 ações itinerantes apoiadas

Região Centro-Oeste – 9 ações itinerantes apoiadas

Região Nordeste – 4 ações itinerantes apoiadas

Região Sul – 5 ações itinerantes apoiadas

Total – 33 ações itinerantes apoiadas

4º Trimestre: 29 ações

Região Norte: - 9 ações itinerantes apoiadas

Região Centro-Oeste: 10 ações itinerantes apoiadas

Região Nordeste: 6 ações itinerantes apoiadas

Região Sul: 4 ações itinerantes apoiadas

Indicador estratégico: i.16 - Quantidade de Redes Intersetoriais de proteção social (saúde e assistência social) em funcionamento

Meta do Indicador: Número de Redes em funcionamento. Sendo:

2024: 5

2025: 8

2026: 10

2027: 12

Número base: 4 (acumulativo)

Valor apurado no período: *print do BI*

1º Trimestre:

Total – 15 Redes em funcionamento
Região Norte – 9 (CR KSPA; CR MAO; CR RR)
Região Sudeste – 2 (CR MGES, CR LISE)
Região Centro-Oeste - 2 (CR RC; CR XAV)
Nacional - 2

2º Trimestre:

Total – 15 Redes em funcionamento
Região Norte – 9 (CR KSPA; CR MAO; CR RR)
Região Sudeste – 2 (CR MGES, CR LISE)
Região Centro-Oeste - 2 (CR RC; CR XAV)
Nacional - 2

3º Trimestre:

Total – 18 Redes em funcionamento
Região Nordeste – 1 (CR NE I)
Região Norte – 11 (CR BTO; CR KSPA; CR MAO; CR RR)
Região Sudeste – 2 (CR MGES, CR LISE)
Região Centro-Oeste - 2 (CR RC; CR XAV)
Nacional - 2

4º Trimestre:

Total – 21 Redes em funcionamento
Região Nordeste – 1 (CR NE I)
Região Norte – 8 (CR BTO; CR KSPA; CR MAO; CR RNG; CR RR)
Região Sudeste – 3 (CR MGES, CR LISE)
Região Centro-Oeste - 1 (CR NOMT)
Região Sul – 1 (CR LIS)
Nacional – 7

Indicador estratégico: i.17 - Número de instâncias de controle social de políticas de saúde e de assistência social com participação da Funai

Meta do Indicador: 2024: 29;
2025: 31
2026: 33
2027: 35
Número base: 27 (acumulativo)

Valor apurado no período: *print do BI*

1º Trimestre:

Total – 7 Instâncias de controle social

Região Norte: 2 (CR ATO, CR CLPA)

Região Nordeste: 2 (CR SBA, CR NE II)

Região Centro-Oeste: 1 (CR CGR)

Região Sudeste: 2 (CR MGES; CR LISE)

2º Trimestre:

Total – 6 Instâncias de controle social

Região Norte: 3 (CR MAD; CR JPR; CR MAO)

Região Centro-Oeste: 1 (CR PP)

Região Sul: 2 (CR LIS; CR INTS)

3º Trimestre:

Total – 9 Instâncias de controle social

Região Norte: 6 (CR ATO, CR ANP, CR JPR, CR KSPA; CR TPJ, CR APUR)

Região Centro-Oeste: 2 (CR XIN; CR PP)

Região Sudeste: 1 (CR LISE)

4º Trimestre:

Total – 15 Instâncias de controle social

Região Norte: 4

Região Centro-Oeste: 2

Região Sudeste: 1

Região Nordeste – 3

Região Sul - 5

Objetivo estratégico: Estabelecer as diretrizes para construção de infraestruturas comunitárias em terras indígenas

Indicador estratégico: i.18 - Número de Autorizações de Obras em Terras Indígenas.

Meta do Indicador: 30 autorizações por ano. Sendo:

2024: 30

2025: 30

2026: 30

2027: 30

Total de 120 (não acumulativo)

Valor apurado no período: *print do BI*

1º trimestre: 60 autorizações

Região Centro Oeste: 4

Região Nordeste: 29

Região Norte: 6

Região Sudeste: 2

Região Sul: 19

2º trimestre: 10 autorizações

Região Nordeste: 6

Região Sudeste: 2

Região Norte: 2

3º trimestre: 50 autorizações

Região Centro Oeste: 5

Região Nordeste: 11

Região Norte: 29

Região Sudeste: 3

Região Sul: 2

4º trimestre: 44 autorizações

Região Centro Oeste: 6

Região Nordeste: 16

Região Norte: 10

Região Sudeste: 2

Região Sul: 10

Objetivo Estratégico: Fortalecer as ações voltadas à garantia dos direitos etários, de orientação sexual e de gênero dos povos indígenas, com ênfase nos processos de participação social.

Indicador estratégico: i.19 - Número de ações para grupos etários específicos, de gênero e de orientação sexual com previsão expressa de atendimento às especificidades da população indígena e com ênfase nos processos de participação social.

Meta do Indicador: 12 ações por ano, 48 ações por período. Sendo:

2024: 12

2025: 12

2026: 12

2027: 12

(não acumulativo)

Valor apurado no período: print do BI

1º trimestre

6 ações

Região Norte – 5 ações (1 - CR Alto Solimões, 2 – CR Coordenação Regional do Madeira, 1 – CR Araguaia Tocantins

Região Centro-Oeste – 1 ação (CR Campo Grande)

2º trimestre

13 ações

Região Norte: 6 (seis) eventos, sendo 1 (um) promovido pela Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará, 1 (um) pela Coordenação Regional do Alto Solimões, 1 (um) pela Coordenação Regional do Tapajós, 1 (um) pela Coordenação Regional de Cacoal, 1 (um) pela Coordenação Regional do Juruá e 1 (um) pela Coordenação Regional Araguaia Tocantins;

Região Centro-Oeste: 1 (um) evento, promovido pela Coordenação Regional Xavante;

Região Nordeste: 1 (um) evento, realizado pela Coordenação Regional Nordeste I;

Região Sul: 4 (quatro) eventos, sendo 1 (um) promovido pela Coordenação Regional de Guarapuava, 2 (dois) pela Coordenação Regional de Passo Fundo e 1 (um) pela Coordenação Regional do Litoral Sul.

3º trimestre

64 ações

Região Norte – 33 (4 CR Alto Purus, 5-CR Alto Solimões, 1- CR Cacoal, 3-Centro Leste do Pará, 2-CR Guajará Mirim, 2-CR Juruá, 1-CR Kayapó Sul do Pará, 6 CR Noroeste do Mato Grosso, 3 CR Madeira, 3 CR Manaus, 1 CR Rio Negro e 2 CR Vale do Javari)

Região Centro-Oeste- 12 (1 - CR Araguaia Tocantins, 7- CR Campo Grande, 1 CR Cuiabá, 1 CR Ponta Porã, 1 CR Ribeirão Cascalheiras e 1 CR Xingu)

Região Sudeste – 5 (3 CR Litoral Sudeste e 2 CR Minas Gerais e Espírito Santo)

Região Sul – 4 (1 CR Guarapuava, 1 CR Litoral Sul e 2 CR Passo Fundo)

Região Nordeste – 10 (2 CR Baixo São Francisco, 1 CR João Pessoa, 5 CR Nordeste I e 2 CR Nordeste II)

4º trimestre

12 ações

Região Nordeste: 5 (2 CR Baixo São Francisco, 1 CR João Pessoa, 2 CR Sul da Bahia);

Região Sudeste: 2 (1 CR Litoral Sudeste, 1 CR Minas e ES)

Região Norte: 1 (CR Kayapo Sul do Pará)

Região Sul: 2 (1 CR Passo Fundo, 1 CR Litoral Sul)

Região Centro-Oeste: 2 (1 CR – ATo, 1 CR Ribeirão Cascalheira).

Objetivo estratégico: Avançar na garantia do direito a convivência familiar e comunitária (DCFC) das crianças e jovens indígenas.

Indicador estratégico: i.20 - Relatório de acompanhamento junto à equipe interdisciplinar

Meta do indicador: 6 relatórios por ano, 24 relatórios por período. Sendo:

2024: 6

2025: 6

2026: 6

2027: 6

(não acumulativo)

Valor apurado no período: *print do BI*

1º Trimestre:

Total – 0

2º Trimestre:

Total – 0

3º Trimestre:

Total – 6

Região Norte: 1 (CR Ji-Paraná)

Região Centro-Oeste: 5 (CR Dourados, CR Campo Grande, CR Ponta Porã, CR Xavante)

4º trimestre:

Total: 6 ações

Região Centro-Oeste: 2 CR Ponta Porã; 4 CR Dourados.

Objetivo estratégico: Fortalecer a educação escolar indígena.

Indicador estratégico: i.21 - Ações/projetos executados

Meta do indicador: 12 ações por ano, 48 ações por período. Sendo:

2024: 12

2025: 12

2026: 12

2027: 12

(não acumulativo)

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável: CGPEC/DHPS, antiga COPE/CGPC/DPDS

Foram realizadas 8 ações/projetos:

1º trimestre: 2 ações/projetos

Região Nordeste – 1 CR-MA;

Região Norte – 1 CR-TPJ

2º trimestre: 4 ações/projetos

Região Norte – 1 TCRR (Tribunal de Contas do Estado de Roraima)

Região Sudeste – 3 CR-LISE

3º trimestre: 2 ações/projetos

Região Norte – 1 CR-TPJ

Região Sudeste – 1 CR-LISE

4º trimestre: 3 ações/projetos

Região Centro-Oeste – 1 CR-ATO;

Região Norte – 1 CR-KSPA; 1 CR-AS

Objetivo estratégico: Apoiar Processos Educativos Comunitários.

Indicador estratégico: i.22 - Ações/projetos executados

Meta do indicador: 12 ações por ano, 48 ações por período. Sendo:
 2024: 12
 2025: 12
 2026: 12
 2027: 12
 (não acumulativo)

Valor apurado no período: *print do BI*

Unidade Responsável: CGPEC/DHPS (antiga COPE/CGPC/DPDS)

Foram apoiadas 17 iniciativas comunitárias/projetos:

1º trimestre: 4 ações/projetos

Região Centro-Oeste – 1 CR-ATO;

Região Norte – 1 CR-VJ; 1 CR-RR

Região Sul – 1 CR-PFD;

2º trimestre: 8 ações/projetos

Região Centro Oeste – 1 CR-NMT;

Região Nordeste – 2 CR-NE I;

Região Norte – 1 CR-AS; 1 CR-TPJ; 1 CR-RR; 1 CR APUR

Região Sudeste – 1 CR-MGES

3º trimestre: 5 ações/projetos

Região Centro-Oeste – 1 CR-XIN; 1 CR-ATO

Região Norte – 3 CR-AS;

4º trimestre: 9 ações/projetos

Região Centro Oeste – 1 CR-ATO; 1 CR-XIN

Região Nordeste – 1 CR-NE I; 1 CR-JPA

Região Norte – 1 CR-RR; 1 CR-RR I; 1 CR-APUR; 1 CR-JPR; 1 CR-GJM

1.2.2. Projetos Estratégicos

Obs: Em caso de projetos estratégicos em andamento, faz-se necessário anexar o cronograma ou TAP de andamento das atividades.

Em caso de projetos estratégicos descontinuados, apresentar a justificativa na Análise de Resultado do Período - item 2 deste documento.

p.08- Elaborar norma de implementação de obras de infraestrutura comunitária em terras indígenas

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de projetos em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de projetos não iniciados, indicar a data prevista para início.

Está em elaboração o Manual de Obras de Infraestrutura Comunitária em Terras Indígenas. Foi iniciado em março de 2025 e será finalizado no primeiro semestre de 2026.

p.09 - Divulgar direitos dos povos indígenas nas línguas indígenas

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de projetos em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de projetos não iniciados, indicar a data prevista para início.

Projeto será reconsiderado no período de revisão do PEI.

Eixo: Gestão Ambiental e Territorial nos Territórios Indígenas

1.2.2 Objetivos estratégicos com seus respectivos indicadores e metas

Objetivo estratégico: Promover a gestão territorial e socioambiental dos territórios indígenas.

Indicador estratégico: i.23 - N° de IGATIs elaborados ou revisados

Meta do indicador i.23:

2024 (10)
2025 (20)
2026 (30)
2027 (40)
(acumulativo)

1º Trimestre: 05 IGATIs elaborados/revisados

1 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Igarapé Lourdes (Revisado)

Terra Indígena: Igarapé Lourdes - Código: 16201 - CR: Ji Paraná

Estado: RO

Região: Norte

2 - PGTA da Terra Indígena Rio Branco

Terra Indígena: Rio Branco - Código: 38601 - CR: JI PARANÁ

Estado: RO

Região: Norte

3 - PGTA do povo Apiaká

Terra Indígena: Apiaká do Pontal e Isolados - Código: 68301 - CR: Norte do Mato Grosso

Estado: MT

Região: Centro-Oeste

4 – PGTA Zoró

Terra Indígena: Zoró - Código: 51101

CR: Ji Paraná - Estado: MT

Região: Centro-Oeste

5 - Termo de Compromisso Kuaray Haxa e Rebio Bom Jesus

Terra Indígena: Território Kuaray Haxa

CR: Litoral Sul - Estado: SC

Região: Sul

2º Trimestre: 2 IGATIs elaborados/revisados

1 - Planos de Gestão Ambiental e Territorial das áreas do povo Maxakali

Terra Indígena: Maxacali - Código: 28301 - CR: Minas gerais e Espírito Santo

Estado: MG

Região: Sudeste

2 - PGTAs das TIs do Oiapoque

Terra Indígena: Uaçá - Código: 47601 - CR: Amapá e Norte do Pará
Estado: AP
Região: Norte

3º Trimestre: 10 IGATIs elaborados/revisados

1 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Tikuna de Santo Antonio
Terra Indígena: Tikuna de Santo Antonio - Código: 46801 - CR: Alto Solimões
Estado: AM

2 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena da Sepoti
Terra Indígena: Sepoti - Código: 42301 - CR: Madeira
Estado: AM
Região: Norte

3 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do Povo Mura de Careiro da Várzea, Terra Indígena Apipica
Terra Indígena: Apipica - Código: 2501 - CR: Manaus
Estado: AM
Região: Norte

4 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Parque do Tumucumaque
Terra Indígena: Parque do Tumucumaque - Código: 33701 - CR: Amapá e Norte do Pará
Estado: AP e PA
Região: Norte

5 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Monte Mor
Terra Indígena: Monte Mor - Código: 36901 - CR: João Pessoa
Estado: PB
Região: Nordeste

6 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Jacaré de São Domingos
Terra Indígena: Jacaré de São Domingos - Código: 36901 - CR: João Pessoa
Estado: PB
Região: Nordeste

7 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Galibi
Terra Indígena: Galibi - Código: 36901 - CR: Amapá e Norte do Pará
Estado: AP e PA
Região: Norte

8 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Juminã
Terra Indígena: Juminã - Código: 36901 - CR: Amapá e Norte do Pará
Estado: AP e PA
Região: Norte

9 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Buriti
Terra Indígena: Buriti - Código: 7001 - CR: Campo Grande
Estado: MS
Região: Centro-Oeste

10 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Araribóia
Terra Indígena: Araribóia - Código: 3601 - CR: Maranhão
Estado: MA
Região: Nordeste

4º Trimestre: 8 IGATIs elaborados/revisados

1 – Elaboração do PGTA Caramuru Paraguaçu

Terra indígena: Caramuru Paraguaçu - Código: 9301 - CR Sul da Bahia

Estado: BA

Região: Nordeste

2 - Elaboração do Acordo de Convivência entre ICMBio e os indígenas do Rio Sucunduri município de Apuí-AM

Terra indígena: não se aplica - Código: não se aplica - CR Madeira

Estado: AM

Região: Norte

3 - Atualização do PGTA Arariboia

Terra indígena: Arariboia - Código: 3601 - CR Maranhão

Estado: MA

Região: Norte

4 - Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal (BA)

Terra indígena: Barra Velha do Monte Pascoal - Código: 5802 - CR Sul da Bahia

Estado: BA

Região: Nordeste

5 - Avaliação do Acordo de Convivência celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, a Comunidade Kaingang Kógunh Mág, e com a intervenção da Funai, na sede da FLONA Canela (RS)

Terra indígena: não se aplica - Código: não se aplica - CR Passo Fundo

Estado: RS

Região: Sul

6 – Apresentação da versão preliminar do Diagnóstico Socioambiental da TI Paumari do Lago Maranhã (AM)

Terra indígena: Paumari do Lago Maranhã - Código: 34402 - CR Médio Purus

Estado: AM

Região: Norte

7 - Etapas de diagnósticos e pactuação dos PGTA das Terras Indígenas Cachoeirinha e Taunay-Ipegue

Terra indígena: Cachoeirinha - Código: 7701 - CR Campo Grande

Estado: MS

Região: Centro-Oeste

8 - Elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu, sob gestão federal do ICMBio

Terra indígena: Xacriabá - Código: 49902 - CR Minas Gerais e Espírito Santo

Estado: MG

Região: Sudeste

Resultado Total: 25 IGATIs elaborados/revisados

Indicador estratégico: i.24 - Área com processo de recuperação ambiental em andamento

Meta do indicador: 2024 (50 ha);

2025 (100 ha)

2026 (150 ha)

2027 (200 ha)

(acumulativo)

1º Trimestre

1. Apoio ao PAT CGGAM 2 de 2024, que trata de atividades de apoio a iniciativas de recuperação ambiental através de reflorestamento.

Nº Hectares em recuperação: 1ha

Terra Indígena: Pakutity

Estado: SP

Região: Sudeste

CR: Litoral Sudeste

2º Trimestre

2. Plano Anual de Trabalho CGGAM 1

Nº Hectares em recuperação: 15ha

Terra Indígena: Enawenê-Nawê

Estado: MT

Região: Centro-Oeste

CR: Noroeste do Mato Grosso

3º Trimestre

3. PAT CGGAM, que trata do apoio a atividade de preparo de solo para plantio de mudas para reflorestamento.

Nº Hectares em recuperação: 1ha

Terra Indígena: Potiguara

Estado: PB

Região: Nordeste

CR: João Pessoa

4. PAT - CGGAM 15, que trata do acompanhamento ações do projeto SOS Sertão replanta mangue.

Nº Hectares em recuperação: 5ha

Terra Indígena: Potiguara de Monte-Mor

Estado: PB

Região: Nordeste

CR: João Pessoa

4º Trimestre

Foram realizadas três atividades de diagnóstico com possibilidade de concretização de recuperação futura, nas Terras Indígenas Alto Turiaçu (MA) e Potiguara de Monte-Mor (PB).

Resultado Total: 22 hectares com processo de recuperação ambiental em andamento

Indicador estratégico: i.25 - Número de indígenas formados em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática

Meta do indicador: 2024 (150);
2025 (300)
2026 (450)
2027 (600)
(acumulativo)

1º Trimestre

Oficina de formação na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (PNGATI) para caciques e lideranças, de 28 a 30/03/25.

Nº de Indígenas formados:20

Terras Indígena: Buriti - Estado: MS - CR: Campo Grande

Região: Centro-Oeste

2º Trimestre

Formação de indígenas em geoprocessamento, no âmbito da atualização do PGTA Zoró, de 05 a 08/05, na UNIR, em Ji-Paraná-RO.

Nº de Indígenas formados:15

Terras Indígena:Zoró - Estado: MT - CR:Ji Paraná

Região: Centro-Oeste

Participação em atividades de formação de indígenas na TI Riozinho do Iaco

Nº de Indígenas formados:40

Terras Indígena: Riozinho do Iaco - Estado: AC - CR: Alto Purus

Região: Norte

Consulta e Oficina sobre a regionalização da alimentação escolar indígena (PNAE e PAA) e a organização produtiva, ambiental e territorial Krahô.

Nº de Indígenas formados: 25

Terras Indígena: Kraolandia - Estado: TO - CR: Araguaia Tocantins

Região: Norte

Oficinas para preparação dos pesquisadores indígenas nas aldeias Ilha da Onça, Santa Rita e Crispim, da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã

Nº de Indígenas formados:34

Terras Indígena: Paumari do Lago Marahã - Estado: AM - CR: Médio Purus

Região: Norte

Participação de servidores e indígenas no 1º Seminário Regional “Águas que trazem vida: cuidados vitais, diversidade populacional e sobrevivência”, realizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Miguel.

Nº de Indígenas formados:3

Terras Indígena: Uru-Eu-Wau-Wau - Estado: RO - CR: Ji Paraná

Região: Norte

3º Trimestre

Participação de servidores e indígenas no 26º ENCOB - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado de 08 a 13 de setembro de 2025, na cidade de Vitória, no Espírito Santo.

Nº de Indígenas formados:4

Terras Indígena: Uru Eu Wau Wau - Estado: RO - CR: Maranhão

Região: Norte

Participação de servidores e indígenas no 26º ENCOB - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado de 08 a 13 de setembro de 2025, na cidade de Vitória, no Espírito Santo.

Nº de Indígenas formados:4

Terras Indígena: Arariboia - Estado: MA - CR: Maranhão

Região: Nordeste

Participação de servidores e indígenas na Oficina de aplicação da ferramenta MonitorGATI

Nº de Indígenas formados:30

Terras Indígena: Apurinã do Igarapé São João - Estado: AM - CR: Médio Purus

Região: Norte

Participação de indígenas no Evento V encontro dos povos indígenas

Nº de Indígenas formados:28

Terras Indígena: Ivai, Queimadas, Mococa, Apcaraninha, Ywy Porã, Pinhalzinho e Laranjinha -

Estado: PR - CR: Guarapuava

Região: Sul

Participação de servidores e indígenas na Oficina sobre manejo comunitário de quelônios, na Terra Indígena Torá.

Nº de Indígenas formados:16 - Terras Indígena: Torá - Estado: AM - CR: Madeira

Região: Norte

4º Trimestre

Produção e plantio de mudas de plantas nativas de interesse cultural para o povo A'uwe Xavante

Nº de indígenas formados: 122

Terra Indígena: São Marcos - Estado: MT - CR Xavante

Região: Centro-Oeste

Apoio ao Projeto Ta'ynhetá Potiguara: formação de coletores/as de sementes para o fortalecimento territorial na Aldeia Três Rios

Nº de indígenas formados: 15

Terra indígena: Potiguara – Estado: PB – CR João Pessoa

Oficinas de formação da juventude indígena do Território Indígena do Xingu (TIX) sobre mudanças climáticas e direitos indígenas para a qualificação da participação em espaços de decisão

Nº de indígenas formados: 50

Terra indígena: Parque do Xingu - Estado: MT - CR Xingu

Região: Centro-Oeste

Resultado Total: 406 indígenas formados

Indicador estratégico: i.26 - Número de oitivas realizadas

Meta do indicador: Realizar 460 oitivas, sendo:

2024 - 100

2025 - 210

2026 - 330

2027 - 460

(acumulativo)

1º Trimestre:

Norte = 28 oitivas

Nordeste = 4 oitivas

Centro-Oeste = 9 oitivas

Sudeste = 1 oitiva

Sul = 5 oitivas

Total = 47 oitivas

2º Trimestre:

Norte = 11 oitivas

Nordeste = 0 oitiva

Centro-Oeste = 17 oitivas

Sudeste = 4 oitivas

Sul = 9 oitivas

Total = 41 oitivas

3º Trimestre:

Norte = 10 oitivas

Nordeste = 1 oitiva

Centro-Oeste = 13 oitivas

Sudeste = 3 oitivas

Sul = 5 oitivas

Total = 32 oitivas

4º Trimestre:

Norte = 10 oitivas

Nordeste = 10 oitiva

Centro-Oeste = 11 oitivas

Sudeste = 2 oitivas

Sul = 13 oitivas

Total = 46 oitivas

Sobre a regionalização:

A meta da CGLic não é regionalizada, tendo em vista que a atuação da Coordenação nos processos de licenciamento ambiental se dá a partir de demanda externa, não sendo possível prever em quais regiões haverá maior atuação da Funai. No entanto, obtém-se do monitoramento a distribuição acima.

Meta acumulada até 31/12/2025: 150 (2024) + 167 (2025) = 317

Objetivo estratégico: Promover a sociobioeconomia indígena

Indicador estratégico: i.27 - Percentual de projetos apoiados de acordo com o conceito de sociobioeconomia

Meta do indicador: Apoio a 30%, em relação ao número total de projetos construídos em consonância com o conceito de sociobioeconomia
(acumulativo)

Projetos apoiados pela Coext com geração de renda baseado no extrativismo: produtos florestais, pirarucu, açaí, castanha, andiroba e outros.

Foram apoiadas 25 ações/projetos, sendo:

1º Trimestre

Região Norte – 2, CR Alto Solimões (1), CR Manaus (1)

Região Nordeste – 1, CR Baixo São Francisco

Total: 03

2º Trimestre

Região Norte – 5, CR Amapá e Norte do Pará (1), CR Roraima (1), CR Vale do Javari (1), CR Alto Solimões (1), CR Baixo Tocantins (1)

Região Nordeste – 1, CR João Pessoa

Região Centro-Oeste – 1, CR Noroeste do Mato Grosso

Total: 07

3º Trimestre

Região Norte – 6, CR Alto Purus (2), CR Alto Solimões (1), CR Cacoal (1), CR Médio Purus (2)

Região Nordeste – 3, CR João Pessoa (1), CR Nordeste II (1), CR João Pessoa (1)

Região Centro-Oeste – 2, CR Noroeste do Mato Grosso (1), CR Xingu (1)

Total: 11

4º Trimestre

Região Norte – 2, CR Cacoal (2), CR Tapajós (1), CR Alto Solimões (1)

Total: 04

Objetivo estratégico: Promover a utilização dos recursos da Renda do Patrimônio Indígena (RPI) de forma participativa, célere, efetiva e segura

Indicador estratégico: i.28 - Percentual de projetos/ programas da RPI com Planos de Aprimoramento elaborados e implementados

Meta do indicador:

2024: 25%

2025: 50%

2026: 75%

2027: 100%

(acumulativo)

Conforme consta no PEI, este indicador é de competência da Presidência, não sendo possível ser preenchido nesta instância.

1.2.2. Projetos Estratégicos

Obs: Em caso de projetos estratégicos em andamento, faz-se necessário anexar o cronograma ou TAP de andamento das atividades.

Em caso de projetos estratégicos descontinuados, apresentar a justificativa na Análise de Resultado do Período - item 2 deste documento.

p. 10 - Propor a criação do Programa Nacional de Produção em TIs - PRONAP-TI.

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

A definição desta meta passou por um processo de amadurecimento conceitual ao longo do ciclo de planejamento. Inicialmente concebida com foco no enfrentamento ao arrendamento, a proposta evoluiu tecnicamente para uma abordagem propositiva, estruturando-se como um "Programa de Apoio e Estruturação de Atividades Produtivas em Terras Indígenas". O objetivo central foi reorientado para enfatizar o fomento às atividades lícitas e sustentáveis como estratégia principal de ocupação e gestão territorial, em contraposição ao foco apenas no ilícito. Nesse sentido, a meta considera-se parcialmente atendida/em andamento, tendo sido elaborado um esboço técnico da proposta no âmbito da nova Diretoria de Gestão Ambiental e Territorial (DIGAT), o qual foi utilizado como subsídio para apresentações e debates institucionais, inclusive durante a COP. O documento consolidado servirá de base para a estruturação definitiva do Programa.

p. 11 - Formular instrumento apropriado para disciplinar a atuação da FUNAI nas questões de recuperação ambiental

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

A minuta de Instrução Normativa sobre o Plano de Recuperação Etnoambiental foi finalizada, no entanto, ainda necessitará de revisão e ajustes antes da publicação.

p. 12 - Elaborar documento com orientações para programas e projetos de REDD+ em terras indígenas

Não iniciado Em andamento Descontinuado Finalizado

No caso de medidas em andamento, inserir o cronograma ou TAP de andamento das atividades. No caso de medida não iniciada, indicar a data prevista para início.

08620.002087/2025-21 - PEI 2024-2027: Termo de Abertura de Processo
08620.002129/2025-23 - Grupo de Trabalho para tratar da elaboração de ato normativo para desenvolvimento de programas e projetos de REDD+ em terras indígenas

2. ANÁLISE DO RESULTADO DO PERÍODO

Orientações de preenchimento: Realizar avaliação quanto ao atingimento ou não das metas e justificar o não atingimento ou o resultado muito acima do previsto para o período. Ressaltar os resultados mais relevantes no trimestre, incluindo aspectos positivos e negativos, e os resultados regionalizados. Abranger os desafios e as oportunidades do período.

Considerações Iniciais e Perspectiva Global de Gestão

A consolidação deste Relatório de Monitoramento Estratégico é fruto do empenho e da expertise técnica dos servidores que atuam como pontos focais em cada unidade da Funai. Agradecemos o compromisso desses profissionais na sistematização fidedigna dos dados, cuja atuação foi determinante para traduzir as ações finalísticas em indicadores precisos de desempenho e transparência.

A Presente Análise detalha o desempenho estratégico da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) ao longo do exercício de 2025. Mais do que uma prestação de contas numérica, esta análise reflete um período de **transição institucional e superação de marcos históricos** nas políticas de proteção e promoção dos direitos indígenas.

A execução das ações em 2025 foi pautada por uma visão de gestão que buscou converter diretrizes do **PPA 2024-2027** e do **Plano Estratégico Institucional (PEI)** em resultados tangíveis nos territórios. Para orientar a leitura deste relatório, destacam-se três elementos transversais que moldaram o desempenho do período:

- **Dinâmica Orçamentária:** A execução física concentrou-se majoritariamente no segundo semestre, em decorrência da liberação do orçamento da LOA 2025 apenas ao final de abril. Esse fenômeno de "represamento inicial seguido de aceleração" exigiu um esforço logístico e administrativo sem precedentes das equipes técnicas.
- **Aceleração por Parcerias:** O alcance de metas recordes — como a emissão de mais de 54 mil Certidões de Atividade Rural (CEAR) e a superação das metas de oitivas e autorizações de infraestrutura — foi viabilizado por uma estratégia de articulação intersetorial (MDS, INSS, Ministérios e instituições parceiras) e pelo uso de tecnologias híbridas.
- **Fortalecimento do Quadro Técnico:** 2025 marcou a chegada de novos servidores via Concurso Nacional Unificado, iniciando um processo de recomposição da força de trabalho essencial para a sustentabilidade das ações de campo.

Além disso, em setembro de 2025, a Funai passou por uma alteração estrutural estratégica (Portaria Funai nº 1.344/2025). A extinção da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) deu lugar a duas novas diretorias: a **Diretoria de Gestão Ambiental e Territorial (DIGAT)** e a **Diretoria de Direitos Humanos e Políticas Sociais (DHPS)**.

Essa mudança visou separar e especializar o olhar da fundação entre a gestão do patrimônio ambiental e territorial e a garantia da cidadania e dos direitos humanos. A transição das competências das antigas Coordenações-Gerais é detalhada no quadro abaixo:

:

ESTRUTURA ANTIGA (DPDS)	ESTRUTURA ATUAL (Unidade/ Diretoria)	RESUMO DA COMPETÊNCIA DAS NOVAS UNIDADES
COPE/CGPC (Promoção à Cidadania)	CGPEC (Processos Educativos e Culturais) / DHPS	Foco em processos educativos, valorização cultural e proteção da etnicidade.
COGEN/CGPC (Promoção à Cidadania)	CGAJ (Acesso à Justiça e Participação Social) / DHPS	Fortalecimento do acesso ao sistema de justiça e instâncias de controle social.
CGPDS (Direitos Sociais)	CGPIS (Políticas de Seguridade Social) / DHPS	Especialização em direitos previdenciários, assistência social e seguridade.
CGPDS (Direitos Sociais)	CGRed (Resposta a Desastres e Emergências) / DHPS	Gestão estratégica de riscos, desastres e ações humanitárias em TIs.
CGPDS (Direitos Sociais)	CGIC (Infraestrutura Comunitária) / DIGAT	Execução de obras habitacionais, saneamento e transição energética (fotovoltaica).
CGLIC (Licenciamento Ambiental)	CGPBA (Planos Básicos Ambientais) / DIGAT	Monitoramento e execução técnica dos Planos Básicos Ambientais (PBAs).
CGLIC (Licenciamento Ambiental)	CGAIA (Análise de Impacto Ambiental) / DIGAT	Especialização em avaliações de impacto e viabilidade ambiental de empreendimentos.
CGETNO (Etnodesenvolvimento)	CGAP (Atividades Produtivas) / DIGAT	Fortalecimento das cadeias produtivas indígenas e geração de renda sustentável.
CGGAM (Gestão Ambiental)	CGPAM (Políticas Ambientais) / DIGAT	Implementação da PNGATI e coordenação de políticas ambientais territoriais.

Dito isto, a análise do desempenho no exercício de 2025 será apresentada conforme a nova especialização temática da fundação. Os relatos a seguir, consolidados pelas equipes técnicas das coordenações sucessoras, detalham o cumprimento das metas, os desafios orçamentais e os impactos sociais das ações nas pontas:

Eixo de Gestão Ambiental e Territorial (DIGAT)

A criação da DIGAT permitiu consolidar a visão de que a proteção do território indígena é indissociável da gestão ambiental e da infraestrutura comunitária. Os resultados abaixo demonstram como essa integração tem otimizado a presença do Estado nas Terras

Indígenas.

CGPBA e CGAIA (Antiga CGLIC)

No que se refere ao licenciamento ambiental, destaca-se o número de oitivas realizadas no âmbito dos componentes indígenas dos processos de licenciamento acompanhados pela Funai, indicador que corresponde ao 12196 do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e ao i.26 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2024-2027.

A meta estabelecida para esse indicador é cumulativa e, para 2025, corresponde a 280 oitivas no âmbito do PPA e 210 oitivas no PEI. No acumulado de janeiro a dezembro de 2025, foram realizadas 167 oitivas, que, somadas às 150 realizadas em 2024, totalizam 317 oitivas.

Em relação à meta, destaca-se que a do PPA foi ajustada, em 2025 saiu de 210 para 280 oitivas, em razão da constatação de que os valores anteriores estavam subestimados. Contudo, não houve ajuste correspondente à meta prevista no PEI. O resultado obtido no ano de 2025 (317 oitivas), que representa 113% do cumprimento da meta do PPA e 150% da meta do PEI, comprovou a necessidade de revisão das metas previamente definidas.

Todas as etapas do licenciamento ambiental que demandam manifestação da Funai contemplam as oitivas às comunidades indígenas afetadas pelas atividades ou empreendimentos objeto do licenciamento. As oitivas ocorrem no início do processo, quando é submetido às comunidades a aprovação do Plano de Trabalho do Estudo do Componente Indígena (ECI) e da equipe consultora, e também nas etapas posteriores, na apresentação do ECI, do Plano de Trabalho e da equipe do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (CI-PBA), bem como do relatório final do CI-PBA. Além disso, podem ocorrer em qualquer fase, sempre que solicitadas pelos povos indígenas ou quando identificada necessidade técnica pela Funai.

Sendo assim, no ano de 2025, foram realizadas oitivas em diferentes etapas dos processos de licenciamento ambiental. Dentre elas, destacam-se: reuniões referentes à etapa do ECI (28%), reuniões relacionadas à fase do CI-PBA, incluindo elaboração e acompanhamento (56%), reuniões de Conselho Gestor de CI-PBA (13%) e reuniões informativas ou consultivas (3%). Quanto à tipologia dos empreendimentos, as oitivas foram realizadas predominantemente em processos relativos a Rodovias (32%), UHEs (18%), Linhas de Transmissão (12%), PCHs (8%), Ferrovias (8%) e Mineração (5%), abrangendo mais de 120 terras e comunidades indígenas potencialmente impactadas.

Assim como em 2024, destaca-se, como ponto negativo do período monitorado, a limitação do teto orçamentário destinado à Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CGLic) no contrato de aquisição de passagens aéreas da Funai. Considerando que as oitivas são, em sua maioria, realizadas com acompanhamento presencial em campo pelos servidores da Funai, a restrição imposta limita os deslocamentos dos técnicos da CGLic responsáveis pelos processos.

De todo modo, como ponto positivo, destaca-se a possibilidade de realizar parte das oitivas de forma híbrida (presencial e remota), o que, em certa medida, permitiu a execução das atividades sem necessidade de utilizar recursos orçamentários da Coordenação. Em 2025, aproximadamente 31% das oitivas foram realizadas em formato híbrido. Ressalta-se, contudo, que a realização de oitivas remotas não é viável em todos os contextos, pois depende de estrutura técnica compatível e da observância das especificidades socioculturais dos grupos indígenas envolvidos (como língua, formas de organização e familiaridade com os procedimentos do licenciamento ambiental).

Ressalta-se que A atuação da Funai nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal, em razão da existência de impactos socioambientais e culturais aos povos e terras indígenas decorrentes de atividade ou empreendimento objeto do licenciamento, é um instrumento facilitador da participação das comunidades indígenas nas diferentes etapas do licenciamento. Portanto, o cumprimento da meta até o final de 2025 é

significativa, evidenciando a participação indígena nos processos acompanhados por esta Fundação.

CGAP (antiga CGETNO)

A avaliação do desempenho das entregas no exercício revela uma forte aceleração na execução, apesar do início de ano modesto. O principal desafio que impactou o período foi o atraso na liberação do orçamento da LOA 2025, ocorrido apenas no final de abril. Este fator justifica o represamento inicial da execução de metas como a de **Projetos de transição agroecológica (1919)** e **Infraestrutura (1922)**, que se concentraram ao longo do segundo semestre.

Apesar deste desafio orçamentário, o período foi marcado por resultados muito acima do previsto em entregas estratégicas, impulsionados por uma oportunidade clara: a ampliação das chamadas públicas para programas de compras governamentais. O excelente desempenho da meta **Organizações produtivas fortalecidas (1927)**, que já em 2025 superou a previsão final para 2027, é justificado pelo aumento expressivo na demanda por organização coletiva para acessar o PAA e o PNAE. Da mesma forma, a meta **Oficinas para PAA/PNAE (1923)** teve seu resultado alavancado pela participação de servidores no 1º Encontro do PAA Indígena, que qualificou a divulgação do programa em todo o país.

Como resultados relevantes do exercício, destacam-se ações de impacto regionalizado e institucional. Na Região Sul (CR Passo Fundo), avançou o projeto de reintrodução de sementes tradicionais de Milho Kaingang (1920), que se encontra atualmente na fase de plantio dos campos de multiplicação, com previsão de colheita e formação dos Bancos de Sementes em março de 2026. Na Região Norte, o foco da infraestrutura (1922) foi a implantação de casas de farinha e a aquisição de embarcações, essenciais para a produção e escoamento. No âmbito das ações de pós-desintrusão (1919), foram atendidas demandas nas TIs Kayapó (CR Sul do Pará) e Maranhão, com projetos focados na sustentabilidade e sem aquisição de agrotóxicos. A **Meta 1919 - Projetos de transição agroecológica e produção sustentável em territórios indígenas** em implementação teve impacto regional no estado do MS, como resultado do esforço institucional de elaboração do Plano Integrado de Ações de Promoção ao Etnodesenvolvimento (PIAPE), a partir da articulação de Emendas Parlamentares específicas para os Povos do Estado do MS, com foco no fomento à produção sustentável de base agroecológica e familiar, para fortalecimento da soberania e segurança alimentar e para comercialização de excedentes pelas políticas de compras públicas, notadamente o PAA e o PNAE. O PIAPE promoveu a integração orçamentária e operacional dos PATs (Planos Anuais de Trabalho) e das Emendas Parlamentares entre as 03 Regionais, coordenando e otimizando os esforços institucionais na região.

No plano institucional, foram relevantes a participação de produtores indígenas no Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e o apoio a artesãos para a COP 30 (1917 e 1926). Além disso, na área de turismo (1925), destaca-se a publicação da Instrução Normativa Conjunta ICMBio/Funai, que estabelece diretrizes para visitação em Terras Indígenas sobrepostas a Unidades de Conservação

CGPAM (Antiga CGGAM)

No âmbito da execução das ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, previstas no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 e no Plano Estratégico Institucional (PEI) da Funai, registram-se, no acumulado de 2025, avanços significativos na implementação das metas estabelecidas para o exercício. Para o referido ano, foi prevista a meta de apoio à elaboração ou revisão de vinte Instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial (IGATI), e a Coordenação-Geral apoiou vinte e cinco IGATIs elaborados ou revisados, sendo dezoito Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e um Termo de Compromisso firmado entre a comunidade Kuaray Haxa e a Reserva Biológica do Bom Jesus. No que se refere à regionalização, observa-se que doze IGATIs foram elaborados em Terras Indígenas

localizadas na região Norte, quatro na região Centro-Oeste, dois na região Sudeste, dois na região Sul e três na região Nordeste, correspondendo a 125% da meta anual, o que demonstra bom desempenho e superação da meta estabelecida previamente.

No tocante ao apoio à realização de atividades formativas em gestão territorial e ambiental e enfrentamento da emergência climática, a meta estabelecida para 2025 corresponde a trezentos indígenas formados. Durante o acumulado de 2025, foram formados quatrocentos e seis indígenas, participantes de quatorze eventos formativos realizados em igual número de Terras Indígenas. As ações abrangeram temáticas relacionadas à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), ao uso do geoprocessamento na atualização do PGTA Zoró, à regionalização da alimentação escolar indígena, à organização produtiva, ambiental e territorial do povo Krahô e ao manejo comunitário de quelônios, entre outros temas correlatos. A execução física apurada demonstra a superação da meta estabelecida previamente e o andamento satisfatório da entrega ao longo do ano.

Com relação ao apoio a iniciativas de manejo e monitoramento da biodiversidade, a meta anual corresponde a vinte iniciativas, das quais vinte e oito foram apoiadas em 2025. Destas, duas estão localizadas na região Sudeste e seis na região Nordeste, voltadas ao manejo de abelhas nativas, e três na região Norte, relacionadas ao manejo comunitário de quelônios. No quarto trimestre, não foram contabilizadas nenhuma iniciativa. O balanço para 2025 evidencia a continuidade e consolidação das ações de apoio técnico no âmbito da gestão ambiental indígena.

No que tange às ações voltadas à recuperação ambiental em Terras Indígenas, foi estimada para 2025 a realização de atividades em uma área total de 100 hectares com processo de recuperação em andamento. Em 2025 foram contabilizados 22 hectares com processos de recuperação iniciados, resultantes de quatro iniciativas implementadas nas Terras Indígenas Enawenê-Nawê (MT), Pakutity (SP), Potiguara (PB) e Monte-Mor (PB). Tais ações contribuem para a recomposição de ecossistemas degradados, o fortalecimento da gestão ambiental indígena e a mitigação dos efeitos da mudança do clima, estando alinhadas às diretrizes estratégicas da Funai no eixo de sustentabilidade ambiental e territorial. A meta não foi alcançada devido à metodologia utilizada pelo povo indígena Xavante, de priorizar áreas como quintais e capoeiras imediatamente ao lado das casas das famílias participantes, o que dificulta essa mensuração. No quarto trimestre foram realizados três diagnósticos com possibilidade de concretização de recuperação futura, porém sem hectare efetivamente recuperado, de forma que as atividades não foram contabilizadas neste relatório.

De forma geral, as entregas associadas à gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas apresentam desempenho satisfatório em relação às metas estabelecidas para o exercício de 2025, destacando-se o avanço na elaboração e revisão de instrumentos de gestão e na realização de atividades formativas voltadas ao fortalecimento da PNGATI.

CGIC (antiga COIC/CGPDS)

O exercício de 2025 consolidou a Coordenação-Geral de Infraestrutura Comunitária (CGIC), antiga COIC, como unidade técnica estratégica da Fundação Nacional dos Povos Indígenas responsável pela implementação, coordenação e monitoramento das políticas de infraestrutura comunitária em Terras Indígenas. O desempenho anual evidencia avanços consistentes na execução física de obras e na emissão de autorizações, com resultados distribuídos em todas as regiões do país, ao mesmo tempo em que revela desafios estruturais relevantes que orientam o planejamento institucional para os exercícios subsequentes.

A atuação da CGIC em 2025 deve ser analisada de forma integrada a dois instrumentos centrais de planejamento e monitoramento: o Plano Plurianual (PPA), que estabelece entregas com metas de caráter cumulativo ao longo do período 2024–2027, e o Planejamento Estratégico Institucional, que define objetivos estratégicos e indicadores com metas anuais fixas e não cumulativas. Essa distinção é fundamental para a correta interpretação dos resultados alcançados, uma vez que um mesmo conjunto de ações pode

contribuir simultaneamente para o cumprimento de metas operacionais do PPA e para o atingimento de objetivos estratégicos institucionais.

No âmbito do Planejamento Estratégico Institucional, a CGIC esteve diretamente vinculada, em 2025, ao objetivo estratégico de estabelecer diretrizes para a construção de infraestruturas comunitárias em Terras Indígenas, monitorado por meio do indicador estratégico **i.18 – Número de Autorizações de Obras em Terras Indígenas**. Esse indicador possui meta anual fixa e não cumulativa de 30 autorizações por exercício, totalizando 120 autorizações no ciclo 2024–2027.

Em 2025, o valor apurado para o indicador estratégico i.18 foi significativamente superior à meta anual estabelecida, com a emissão de 164 autorizações de obras ao longo dos quatro trimestres. A execução apresentou ampla distribuição regional, evidenciando a capilaridade da atuação da CGIC. No primeiro trimestre, foram emitidas 60 autorizações, com destaque para as regiões Nordeste e Sul, seguidas pelas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. No segundo trimestre, registraram-se 10 autorizações, concentradas nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste, período marcado por ajustes administrativos e consolidação dos fluxos internos. O terceiro trimestre apresentou novo incremento, com 50 autorizações, destacando-se a região Norte, seguida pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No quarto trimestre, foram emitidas 44 autorizações, com distribuição equilibrada entre as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, mesmo no contexto de encerramento do exercício orçamentário.

A superação reiterada da meta anual do indicador estratégico reflete o fortalecimento dos fluxos de anuência de obras no âmbito da Funai, a ampliação da capacidade técnica da CGIC e a intensificação da articulação interinstitucional com órgãos responsáveis pela execução de empreendimentos em Terras Indígenas. Ao mesmo tempo, o elevado volume de autorizações emitidas evidencia o crescimento sustentado da demanda por intervenções de infraestrutura comunitária, reforçando a necessidade de aprimoramento contínuo dos instrumentos normativos, dos sistemas de gestão e dos mecanismos de acompanhamento das obras autorizadas.

No que se refere às entregas do PPA sob responsabilidade da CGIC, cuja lógica de metas é cumulativa ao longo dos exercícios, a entrega 1974, relativa à construção de edificações tradicionais em aldeias indígenas, apresentou desempenho amplamente superior à meta anual prevista para 2025. Foram construídas 279 edificações tradicionais ao longo do exercício, frente a uma meta anual de 160 unidades. A execução concentrou-se principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, sendo o Centro-Oeste responsável pela maior parte das entregas, em razão da elevada demanda existente e da maturidade dos projetos de habitação tradicional nessa região. A região Norte também apresentou resultados relevantes, apesar dos desafios logísticos associados às condições de acesso e à extensão territorial. O desempenho observado contribui de forma significativa para o cumprimento da trajetória cumulativa prevista no PPA até 2027 e evidencia a consolidação de metodologias participativas de construção e o fortalecimento da atuação das Coordenações Regionais.

A **entrega 1975**, referente à construção de abrigos móveis de madeira para áreas indígenas em situação de vulnerabilidade, encerrou o exercício de 2025 com a construção de 173 unidades, superando a meta anual estabelecida de 150 abrigos. As ações concentraram-se integralmente na região Sul do país, em resposta a eventos climáticos extremos que afetaram comunidades indígenas, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A execução apresentou oscilações ao longo do ano, com desaceleração no terceiro trimestre e retomada expressiva no quarto trimestre. Apesar da concentração regional, o resultado alcançado contribui positivamente para a trajetória cumulativa da entrega no PPA e demonstra a capacidade de resposta emergencial da CGIC. A experiência de 2025 reforça a necessidade de fortalecimento institucional do programa, com previsibilidade orçamentária, aprimoramento dos instrumentos contratuais e ampliação da capacidade logística, visando à expansão territorial da ação nos próximos exercícios.

No âmbito da **entrega 1976**, relacionada à emissão de autorizações de obras do Programa Nacional de Habitação Rural em Terras Indígenas, a CGIC apresentou desempenho

expressivamente superior à meta anual prevista no PPA para 2025. Foram emitidas 99 autorizações ao longo do exercício, frente a uma meta anual de 45. As emissões apresentaram distribuição regional diversificada, com maior concentração nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, seguidas pelas regiões Norte e Sul. Esse desempenho reflete a consolidação do fluxo de anuência entre a Funai e o Ministério das Cidades, o fortalecimento da articulação com as Entidades Organizadoras do Programa Minha Casa Minha Vida Rural e a maior mobilização das Coordenações Regionais. O elevado volume de autorizações emitidas contribui de forma relevante para o cumprimento da meta cumulativa do PPA, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de aprimorar os mecanismos de acompanhamento pós-emissão das obras, especialmente nas regiões com maior concentração de empreendimentos.

Por fim, a **entrega 1977**, referente à emissão de autorizações para instalação de sistemas de energia fotovoltaica em Terras Indígenas na Amazônia Legal, apresentou desempenho superior à meta anual prevista para 2025. Foram emitidas 46 autorizações ao longo do exercício, frente a uma meta anual de 30. As autorizações concentraram-se nas regiões Norte e Centro-Oeste, refletindo o foco territorial do programa Luz para Todos na Amazônia Legal e a priorização de comunidades indígenas isoladas e de difícil acesso. A execução contribuiu diretamente para a ampliação do acesso à energia elétrica e para a redução da dependência de sistemas baseados em combustíveis fósseis, alinhando-se tanto às metas cumulativas do PPA quanto às diretrizes estratégicas institucionais.

De forma consolidada, a análise integrada entre o Planejamento Estratégico Institucional e as entregas do PPA demonstra elevada coerência entre o nível estratégico e o nível operacional da atuação da CGIC em 2025. Os resultados alcançados evidenciam fortalecimento institucional, ampliação da capacidade de entrega e impacto direto na melhoria das condições de vida das comunidades indígenas em todas as regiões do país. Ao mesmo tempo, os desafios identificados reforçam a necessidade de continuidade dos investimentos orçamentários, de fortalecimento das equipes regionais e de aprimoramento dos instrumentos de gestão e monitoramento, de modo a assegurar a sustentabilidade das ações e o cumprimento das metas previstas até 2027.

Eixo de Direitos Humanos e Políticas Sociais (DHPS)

Sob a égide da DHPS, as ações voltadas à cidadania plena, seguridade social e acesso à educação foram fortalecidas, garantindo que o protagonismo indígena seja respeitado em todas as frentes de proteção social.

CGPEC (antiga COPE/CGPC)

De forma geral, no que tange à execução das ações e projetos, observa-se que a disponibilização orçamentária foi fracionada, principalmente ao longo do primeiro trimestre de 2025, gerando alguma dificuldade no atendimento dos Planos Anuais de Trabalho apresentados pelas Coordenações Regionais, dos quais algumas ações/projetos não puderam ser apoiados e foram represados.

A partir de setembro, com base na [Portaria Funai nº 1.344, de 27 de Agosto de 2025](#), foram implementadas as novas Coordenações Gerais, de acordo com o processo de Reestruturação do órgão, o que trouxe também alteração nas rotinas, sendo que a CGPEC se encontra ainda sem que sua estrutura tenha sido estabelecida, o que, de certa forma, impacta no bom andamento dos trabalhos

Registramos como muito positiva a realização de quatro Seminários Regionais voltados à Educação Profissional, sendo três no âmbito do Acordo 013/19 BRA PNUD-FUNAI/PNGATI, dando continuidade a programação iniciada em 2024. Foi realizado ainda o Seminário “Saberes em Diálogo: Caminhos para Fortalecer a Educação Escolar Indígena”, uma iniciativa do IFAM Campus Tabatinga, apoiada pela Funai, como desdobramento do Seminário realizado no âmbito do PNUD, em 2024. Tais iniciativas têm o intuito de qualificar junto aos órgãos responsáveis e aos Povos Indígenas uma alternativa viável frente à escassa

oferta de Ensino Médio nas comunidades, como estabelece a legislação, investindo numa formação profissionalizante voltada aos interesses das próprias comunidades indígenas. Registra-se ainda a realização do Seminário de Formação Intercultural: Educação, Língua e Cultura do Povo Awa Guajá, com apresentação do Projeto do Curso de Magistério do Povo Awa, fruto de longa articulação com a CGIIRC e o Instituto Federal do Maranhão - IFMA.

Também foi muito positiva a chegada de dois novos servidores provenientes do Concurso Nacional Unificado, além de um terceiro servidor que veio transferido de outra Coordenação Geral. Os três integraram-se à equipe, fortalecendo-a. À medida que a nova Coordenação Geral vá se estruturando, pretendemos potencializar o trabalho, em suas duas linhas principais de atuação, com menor desgaste dos servidores frente ao grande volume de demandas que os povos indígenas e os órgãos de controle nos apresentam, no contexto das diversas dificuldades que enfrentam as populações indígenas para fazer valer seus direitos, no âmbito das políticas educacionais.

No que tange o PPA 2024-2027 e o PEI Funai, ressaltamos abaixo, algumas observações importantes quanto ao registro dos resultados alcançados, em 2024 e 2025:

Em relação ao **Objetivo Específico: 0519 - Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades**, o Indicador foi alterado em 2025. Portanto a soma com os resultados de 2024 não será possível e solicitamos orientação sobre se é recomendável recalcular 2024, considerando o novo indicador e o caráter cumulativo das Metas.

Da mesma forma, o Indicador da **Entrega 1982** foi alterado em 2025, e a soma com os resultados de 2024 não será possível. Solicitamos orientação sobre se é recomendável recalcular 2024, considerando o novo indicador e o caráter cumulativo das Metas.

Quanto à **Entrega 1984**, registramos que não encontramos espaço para preenchimento no formulário do RME 2024. Solicitamos orientação sobre se é recomendável calcular e registrar 2024, considerando o caráter cumulativo das Meta

Reforçamos ainda que no PPA 2024-2027 a CGPC consta como Unidade Responsável pela **Entrega 2100 - Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos** (museu vivo, espaço cultural, centro de ciências e saberes tradicionais) apoiados, junto ao Museu dos Povos Indígenas, mas já registramos, desde o exercício passado, que a mesma não se relaciona com as competências regimentais da então CGPC/DPDS/Funai, hoje CGPEC/DHPS. Diante disso, sugerimos alteração de responsável na próxima janela de edições.

Em se tratando do **Projeto estratégico p.09 do PEI - Divulgar direitos dos povos indígenas nas línguas indígenas** - consta como de responsabilidade da então DPDS. Apontamos que tal projeto mostra-se inviável de ser executado, devido aos limites estruturais desta Fundação. Durante a avaliação do PEI, a DHPS sugerirá alteração.

CGAJ (Antiga COGEN/CGPC)

N a entrega **1979 - Ações itinerantes de promoção do acesso à documentação civil e benefícios sociais apoiadas**, no âmbito da promoção do acesso à documentação civil para os povos indígenas, os mutirões, que reúnem serviços de expedição de Certidão de Registro Civil de Nascimento, CPF, carteira de identidade e título de eleitor, em parceria com Cartórios, Institutos de Identificação, Tribunais de Justiça e Receita Federal, ocorreram nas regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do país, totalizando 27 ações itinerantes no período de 01/01/2025 a 30/06/2025.

No mês de fevereiro, a Coordenação Regional de Roraima apoiou o Mutirão Justiça Itinerante, em Mucajaí e Iracema, para o Povo Yanomami. Em março, a Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira apoiou a Ação Defensoria Até Você, em Água Boa, para Povo Xavante. No mês de abril a Coordenação Regional Araguaia Tocantins apoiou a Ação CNJ Saúde da Mulher Indígena, na Ilha do Bananal, em Formoso do Araguaia, para o Povo Javaé; e a Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso apoiou o Mutirão, em Brasnorte, para o

Povo Rikbatsa. Em maio, ocorreram Mutirões apoiados pelas Coordenações Regionais de Dourados, Cuiabá, Guarapuava, Maranhão, Nordeste I, Noroeste do Mato Grosso, Kayapó Sul do Pará, Ribeirão Cascalheira e na Terra Indígena Yanomami. No mês de junho, a Coordenação Regional do Alto Purus apoiou o Mutirão Justiça Itinerante, em Boca do Acre, para o Povo Jamadi e Apurinã

Nos dois primeiros trimestres de 2025, e até o mês de agosto, a **Entrega 1979** estava sob responsabilidade da então Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS). Com a reestruturação da Funai, formalizada pelo Decreto nº 12.581, de 6 de agosto de 2025, a competência pela promoção do acesso à documentação civil passou ao Serviço de Promoção de Acesso à Documentação Civil (Sepad), vinculado à Coordenação-Geral de Acesso à Justiça e Participação Social (CGAJ). Assim, o preenchimento das informações relativas à entrega tornou-se atribuição da nova coordenação a partir de agosto. Para viabilizar o preenchimento referente ao 3º trimestre, o Chefe do Sepad solicitou à atual CGPis (antiga CGPDS) os dados correspondentes ao mês de julho. A pauta de acesso à documentação civil foi atribuída à nova coordenação, porém, com déficit de servidores. A partir de setembro de 2025, o Sepad é criado, porém, contando com um único servidor, o próprio chefe do serviço. Outro desafio seria a falta de conhecimento da parte das instituições responsáveis pela emissão de documentação acerca das especificidades culturais dos povos indígenas, além da visão de documentação civil como atrelada apenas para se ter benefícios, e não pelo fato em si de acesso à cidadania plena. Ainda há uma falta de definição acerca da validade do RANI, em função do não conhecimento da Resolução nº 12 do CNJ de 2024, que define a autodeclaração e a declaração da comunidade como instrumento legítimo de reconhecimento da identidade indígena nos casos de registro de nascimento e registro tardio. O Sepad não contou com orçamento específico para as suas ações, não sendo suficiente e tendo que ser composto de recursos de outras áreas da CGAJ. Tal circunstância apresenta-se como um desafio ou até mesmo um entrave ao cumprimento pleno da missão do serviço.

A **Entrega 1964**, voltada à realização de eventos com o objetivo de fortalecer coletivos indígenas, como encontros, intercâmbios, oficinas, cursos, fóruns e reuniões, incluindo coletivos de mulheres, jovens, pessoas LGBTQIA+, migrantes e refugiados, apresentou avanço significativo no trimestre avaliado. Destaca-se o apoio às etapas regionais e nacional da 1ª Conferência das Mulheres Indígenas, bem como ações voltadas ao público LGBTQIA+. Outro ponto de relevo refere-se ao crescimento expressivo de iniciativas na região Nordeste, especialmente voltadas a jovens e mulheres indígenas. Entretanto, observa-se que a região Sul ainda apresenta baixa demanda, situação que requer atenção da Funai/Sede, a fim de identificar os obstáculos que vêm limitando a participação social nesse território.

CGPIS (antiga CGPDS)

As ações desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Políticas de Seguridade Social (CGPIS) em 2025 contemplam a execução de ações formativas, articulações intersetoriais, emissão de certidões previdenciárias, elaboração de pareceres técnicos, e a consolidação de redes de proteção social voltadas à promoção dos direitos e do bem-estar dos povos indígenas.

A CGPIS coordenou e apoiou diversas ações formativas voltadas ao fortalecimento da participação social, entre as quais destacam-se:

- Reunião Preparatória CLASPI – APIB/Copas, em articulação com a SNAS/MDS, visando o alinhamento conceitual sobre a Política de Assistência Social, o SUAS e as Conferências de Assistência Social;
- Ações formativas regionais nas Redes de Proteção Social de Indígenas nas regiões Metropolitana de Recife (CR-NE I), Kayapó (CR KSPA) e Parakanã (CR BTO);
- Formação de Agentes Indígenas de Proteção Social na Terra Indígena

Yanomami – Módulo II, abordando a Política Nacional de Assistência Social e o SUAS;

- Conferência Livre de Assistência Social para Povos Indígenas (CLASPI) – Englobou a participação de 182 pessoas de todas as regiões do Brasil, incluindo lideranças indígenas, assistentes sociais indígenas, profissionais do Sistema Único de Assistência Social, bem como representantes de órgãos públicos e da sociedade civil organizada. Evento ocorreu entre 06 a 10 de outubro, em Brasília-DF.
- Encontro Preparatório CLASPI - realizado com as lideranças indígenas que participaram da 1ª CLASPI, foi destinado a apresentar e discutir os fundamentos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Encontro Preparatório 14ª Conferência Nacional de Assistência Social - realizado com os indígenas que participaram da 14ª CNAS com delegados(as) ou como observadores, foi destinado a discutir as deliberações da 1ª CLASPI, como proposições a serem defendidas na 14ª CNAS.

Foram também articuladas redes intersetoriais de proteção social voltadas à integração das políticas de assistência e saúde:

- Rede de Proteção Social de Indígenas na Região Metropolitana de Recife (CR-NE I);
- Rede de Proteção Social Kayapó (CR KSPA);
- Rede de Proteção Social Parakanã (CR BTO);
- Redes de Saúde nas CRs MAO, RNG, RR, MGES (Maxacali), LISE, NOMT e 7 a nível Nacional.

Além disso, as Coordenações Regionais participaram de instâncias de controle social de políticas de saúde por meio dos CONDISIs, totalizando 15 participações institucionais no período.

A CGPIS elaborou pareceres e informações técnicas voltadas à melhoria do acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde e proteção social. Entre as contribuições para a proteção social destacam-se:

- Elaboração de dois documentos técnicos voltados à melhoria da acessibilidade;
- Contribuição na construção do Relatório Final da CLASPI;
- Contribuição ao Relatório Final do GT Povos Indígenas Juruá, vinculado ao Comitê Interministerial de Políticas de Proteção Social dos Povos Indígenas;
- Implementação de Guia de Referenciamento Intersetorial (em andamento);
- Fluxo de Referenciamento Intersetorial Yanomami e Ye'kwana – Roraima (em andamento).

Em articulação com universidades, Ministério da Saúde e INSS a CGPIS promoveu cursos e capacitações específicas:

- Formação de profissionais de saúde atuantes na Terra Indígena Yanomami (em parceria com a Unifesp e UFMG), com a participação de profissionais no Rio Grande do Norte e na Paraíba;
- Formação de agentes das redes socioassistenciais de Caracarái, Iracema e Mucajaí (RR), com atuação direta junto às comunidades indígenas de Xexena e Ajarani.
- Formação dos servidores das unidades descentralizadas das Coordenações Regionais Alto Solimões e Ponta Porã ao ACT Digital, capacitando ao acesso remoto do Sistema GERID/INSS.
- Formação de indígenas e profissionais de saúde pela Rede de Cuidado Yanomami;
- Primeiro Seminário Racializando o Cuidado Obstétrico.

Destaca-se ainda a elaboração de materiais educativos voltados ao combate à discriminação e à promoção de atendimento adequado aos povos indígenas, no âmbito do TED Fiocruz – Governança das Ações de Desenvolvimento Sustentável da Terra Indígena Yanomami.

O alcance das metas de emissão de CEAR superou amplamente o previsto, resultado da participação ativa de servidores da Funai em mutirões e ações itinerantes, em parceria com o programa Prevbarco/2025, abrangendo coordenações regionais das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Essa ampliação reflete não apenas maior cobertura de atendimento, mas também significativa redução de custos e deslocamentos de indígenas até agências do INSS, otimizando o acesso a benefícios previdenciários como Salário-Maternidade Rural, Aposentadorias e Pensões.

Entretanto, foi identificada a necessidade de adesão mais ampla das unidades regionais ao ACT Digital, o que permitirá aos servidores devidamente capacitados o acesso remoto ao Sistema GERID/INSS, facilitando o requerimento de benefícios à distância.

Apesar dos avanços, persistem desafios importantes:

- Carência de servidores qualificados para o preenchimento de CEAR, articulação com o INSS e resolução de demandas previdenciárias;
- Necessidade de mais oficinas previdenciárias periódicas voltadas à formação de multiplicadores de conhecimento (Chefes de CTL e servidores do SEDISC);
- Subnotificação de referenciamentos no SUAS, em razão da ausência de RAEs;
- Limitação de recursos humanos na COASI para atendimento técnico nacional;
- Ausência de informações consolidadas sobre a participação institucional da Funai nos Conselhos de Assistência Social.

Como estratégia de aprimoramento da gestão, a CGPIS está desenvolvendo um modelo de Guia de Referenciamento, atualmente em processo de parametrização no SEI, que permitirá melhorar o registro e acompanhamento das demandas de proteção social referenciadas pelas unidades descentralizadas.

Adicionalmente, foram elaborados e publicados o Manual Previdenciário para Servidores da Funai e o Caderno de Previdência Social para os Povos Indígenas, instrumentos

que fortalecem a padronização dos atendimentos e contribuem para coibir a atuação de atravessadores.

Observamos, por fim, que o ano de 2025 foi marcado por importantes avanços na estruturação de redes intersetoriais de proteção social, ampliação da formação de agentes e servidores, e aumento significativo no número de indígenas atendidos em ações previdenciárias e socioassistenciais.

Ainda que persistam desafios relacionados à escassez de pessoal, integração de sistemas e necessidade de padronização de procedimentos, observa-se um avanço consistente na institucionalização de práticas de gestão integrada e na consolidação do papel da CGPIS como articuladora das políticas de seguridade social voltadas aos povos indígenas.

A continuidade das ações formativas, o fortalecimento da articulação intersetorial e a implementação de ferramentas de gestão eletrônica serão fundamentais para aprimorar o atendimento e garantir a efetividade dos direitos sociais dos povos indígenas no próximo exercício.

CGRed (antiga SEASE/CGPDS)

No exercício de 2025, o SEASE/COASI/CGPDS/DPDS deu continuidade à entrega de cestas alimentares da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) de forma regular, especialmente para atender judicializações e demais demandas relacionadas às vulnerabilidades de populações indígenas apontadas pelas unidades desconcentradas. A ADA regular contempla terras e comunidades indígenas dispersas por todo território nacional, mas com grande concentração e esforço operacional na região Sul do País e no Mato Grosso do Sul, com entregas durante o ano todo. Em setembro, a partir da reestruturação da Funai, as demandas alocadas no SEASE/COASI/CGPDS/DPDS passam à responsabilidade da recém-criada Coordenação-Geral de Resposta a Emergências e Desastres (CGRED/DHPS). Em relação à Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), foram entregues mais de 105.000 (cento e cinco mil) cestas alimentares em 2025, entre janeiro a dezembro.

Para além desses atendimentos regulares, o SEASE/COASI/CGPDS/DPDS e, posteriormente, a CGRED/DHPS articulou junto à Defesa Civil Nacional e aos órgãos parceiros da ADA emergencial (CONAB, MDS, SESAI), atendimentos para comunidades impactadas por eventos extremos, conflitos e ações de desintrusão, como foi o caso das terras indígenas jurisdicionadas à CR Madeira, CR Tapajós, CR Minas Gerais Espírito Santo, Sul da Bahia, Nordeste II. Em 2025, foram entregues mais de 59.000 (cinquenta e nove mil) cestas de alimentos a comunidades atingidas por emergências e demais fatores imponderáveis, principalmente nas regiões norte e nordeste do Brasil.

Além desses atendimentos, a atual CGRED/DHPS continua planejando e monitorando as ações de entregas de cestas de alimentos na TI Yanomami, em decorrência da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional. Em 2025, foram entregues, entre janeiro e dezembro, um total de 61.572 (sessenta e um mil, quinhentas e setenta e duas) cestas de alimentos em território Yanomami, sendo que, destas, 9.169 (nove mil, cento e sessenta e nove) foram entregues em comunidades indígenas no estado do Amazonas e as outras 52.403 (cinquenta e dois mil, quatrocentas e três), no estado de Roraima.

Ação Transversal na TI Yanomami

O exercício de 2025 foi marcado pela centralidade da atuação na Terra Indígena Yanomami, exigindo das Diretorias o aprofundamento e a qualificação da resposta institucional para atender à Emergência em Saúde Pública (ESPIN) e às determinações da ADPF 709. A execução física e orçamentária refletiu um esforço integrado de reconstrução territorial e social.

Destaca-se, como vetor de execução transversal, o Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Fiocruz, que providenciou o suporte técnico-científico e logístico necessário para viabilizar o planejamento, a qualificação dos dados e a execução das ações, nos seguintes eixos:

Governança e Participação Social: Restabelecimento do diálogo com as lideranças através da implantação do Comitê de Governança da Força-Tarefa (Miamomi Kohitomi), garantindo o protagonismo indígena na tomada de decisão;

Educação e Diálogo de Saberes: Monitoramento das ações educativas e formação continuada, valorizando as pedagogias próprias e o intercâmbio de saberes tradicionais Yanomami e Ye'kwana;

Proteção Social e Saúde: Fortalecimento da rede de proteção com a formação inédita de Agentes Indígenas de Proteção Social (AIPS), ações de rastreamento de saúde (câncer de colo de útero/pré-natal), enfrentamento à violência de gênero e mutirões de documentação civil;

Segurança Alimentar e Agroecologia: Articulação entre a ação emergencial (distribuição de alimentos) e estruturante (agroecologia), com a distribuição de kits de ferramentas, sementes e implantação de unidades demonstrativas de piscicultura para retomada da autonomia alimentar;

Gestão Ambiental e Territorial: Elaboração do Plano de Recuperação Ambiental (PRA) frente aos danos do garimpo, monitoramento da qualidade da água e fortalecimento da vigilância territorial colaborativa

Conclusão

A execução das ações estratégicas no exercício de 2025 revela uma gestão marcada pela resiliência operativa e pela especialização institucional. A transição da antiga DPDS para as atuais DIGAT e DHPS não representou apenas uma mudança formal de organograma, mas uma resposta estratégica à necessidade de maior capilaridade e eficiência na entrega das políticas públicas para os povos indígenas.

A análise consolidada dos resultados permite concluir que a Funai atingiu um grau de maturidade institucional capaz de superar entraves estruturais históricos. Dois fatores contextuais foram determinantes para o perfil da execução neste ano:

1.Sazonalidade e Orçamento: O represamento inicial causado pela liberação tardia da LOA 2025 foi mitigado por uma aceleração coordenada no segundo semestre. Este esforço garantiu que os Planos Anuais de Trabalho (PATs) fossem executados com foco em resultados de alto impacto, evitando a perda de janelas de execução financeira e garantindo a continuidade das ações em campo.

2.Força de Trabalho e Presencialidade: A carência de pessoal, embora persistente, começou a ser enfrentada com a recomposição do quadro técnico. O desafio da logística para o acompanhamento presencial — essencial em oitivas, obras e mutirões — foi gerido através de uma priorização estratégica de territórios com maior índice de vulnerabilidade.

3.Impacto e Geração de Valor Público: Os resultados apresentados nas seções anteriores confirmam que a estratégia de atuação integrada gerou impactos positivos em duas grandes frentes:

- **No Eixo Ambiental e Territorial (DIGAT):** A segurança jurídica conferida pelo cumprimento rigoroso das oitivas no licenciamento, aliada ao recorde em infraestruturas tradicionais e transição energética, fortaleceu a soberania e a sustentabilidade dos territórios.

- **No Eixo de Direitos Humanos e Políticas Sociais (DHPS):** O alcance histórico na emissão de certificações previdenciárias e o fortalecimento das redes de proteção social e educação escolar demonstram que a especialização da diretoria permitiu um olhar mais sensível e técnico às demandas de cidadania.

Em conclusão, 2025 encerra-se com o cumprimento da maioria das metas físicas pactuadas no PPA 2024-2027 e no PEI. Para o próximo exercício, a prioridade máxima será a consolidação administrativa das novas diretorias sucessoras. O foco será o aprimoramento dos fluxos de monitoramento e a otimização orçamentária, assegurando que a estrutura da Funai seja capaz de suportar a crescente demanda por serviços públicos culturalmente adequados e pela proteção integral dos direitos dos povos indígenas.

PAGU RODRIGUES

Diretora de Direitos Humanos e Políticas Sociais

JÚLIA DE PAIVA PEREIRA LEÃO

Diretora de Gestão Ambiental e Territorial Substituta
Coordenadora-Geral de Análise do Impacto Ambiental

JULIANA VIEIRA ARAÚJO

Coordenadora-Geral dos Planos Básicos Ambientais

GABRIEL BIANCONI FERNANDES

Coordenador-Geral de Atividades Produtivas

FRANCISCO ITAMAR GONÇALVES MELGUEIRO

Coordenador-Geral de Políticas Ambientais

JOVANA ANDRADE LEAL MOREIRA

Coordenadora-Geral de Infraestrutura Comunitária

ANDREA BITENCOURT PRADO

Coordenadora-Geral de Políticas de Seguridade Social

DANIELLE MOREIRA PEREIRA BRASILEIRO

Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Participação Social

ANDRÉ RAIMUNDO FERREIRA RAMOS

Coordenador de Processos Educativos e Culturais - *Substituto*

VICTOR AMARAL COSTA

Coordenador-Geral de Respostas a Desastres e Emergências



Documento assinado eletronicamente por **Victor Amaral Costa**, **Coordenador(a)-Geral**, em 20/02/2026, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Moreira Pereira Brasileiro, Coordenador(a)-Geral**, em 20/02/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Itamar Gonçalves Melgueiro, Coordenador(a)-Geral**, em 20/02/2026, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julia de Paiva Pereira Leão, Diretor(a) substituto(a)**, em 20/02/2026, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jovana Andrade Leal Moreira, Coordenador(a)-Geral**, em 20/02/2026, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Raimundo Ferreira Ramos, Coordenador(a)-Geral substituto(a)**, em 20/02/2026, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Bianconi Fernandes, Coordenador(a)-Geral substituto(a)**, em 20/02/2026, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pagu Rodrigues da Silva, Diretor(a)**, em 23/02/2026, às 08:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Bitencourt Prado, Coordenador(a)-Geral**, em 23/02/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **09694711** e o código CRC **D8556ED4**.

Referência: Processo nº 08620.019505/2025-19

SEI nº 09399219